

INFORME DE DIAGNÓSTICO
DE RECOMENDAÇÕES PARA
POLÍTICAS ECONÔMICAS COM
ENFOQUE DE GÊNERO E RAÇA
NA AMÉRICA LATINA

**Macrofeministas
na América Latina:
da economia do
cuidado à disputa pela
democratização do poder**

Mercedes D'Alessandro

Este documento resume as experiências de economistas feministas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai no desenho, implementação e avaliação de políticas públicas com enfoque feminista. É a última publicação do projeto “Macrofeministas na América Latina”, do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades — Made/USP, e sintetiza o que foi debatido nas quatro publicações anteriores, cada uma das quais se refere a uma política específica desenvolvida em algum dos países mencionados.

O ponto de partida é um diagnóstico compartilhado: as desigualdades de gênero na região não são conjunturais, mas estruturais. As mulheres dedicam significativamente mais tempo ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, o que restringe sua participação no mercado de trabalho e as concentra em empregos precários e informais, situação que se agrava para mulheres negras e indígenas. A pandemia de COVID-19 aprofundou essa desigualdade, gerando um retrocesso de mais de uma década nos avanços trabalhistas femininos que, anos depois, se recuperam de forma assimétrica. A isso se somam Estados que ficaram com margens fiscais estreitas e pressões por políticas de austeridade. A crescente ofensiva conservadora ameaça os avanços conquistados em todo o continente.

Diante desse cenário, apresentamos quatro experiências que demonstram que outro modelo econômico e político é possível. O Uruguai foi pioneiro na região ao criar em 2015 o Sistema Nacional Integrado de Cuidados, reconhecendo o cuidado como um direito e como investimento social estratégico, com resultados concretos na participação laboral feminina e na autonomia das cuidadoras. A Colômbia, por sua vez, avançou em tornar visível o que historicamente não se media — o trabalho de cuidados e os *gaps* por gênero, raça e território — por meio de ferramentas estatísticas como a *Leida* Economia do Cuidado e a Pesquisa Nacional de Uso do Tempo, demonstrando que os dados também são um terreno político de disputa. A Argentina implementou o Orçamento Sensível a Gênero (OSG) como ferramenta de gestão feminista, identificando programas que contribuíam para reduzir as brechas de desigualdade e alcançando em sua primeira edição 15,2% do Orçamento Nacional, embora seu posterior desmantelamento sob o governo Milei tenha revelado a fragilidade desses avanços. Por fim, o Chile demonstrou que a representação política feminina não é decorativa, mas condição para transformar: a Lei de Cotas duplicou a presença de mulheres no Congresso, e uma maior participação feminina no poder executivo se traduziu em leis históricas como a descriminalização do aborto em três circunstâncias causais e a cobrança efetiva de pensões alimentícias. Sob o novo governo, abre-se um grande interrogante sobre esses avanços na participação feminista.

As quatro experiências convergem para uma mesma conclusão: sistemas de cuidados, dados desagregados, orçamentos com enfoque de gênero e mulheres em espaços de poder e decisão são alguns dos pilares de uma macroeconomia feminista, capaz de redistribuir o poder, o tempo e a riqueza desde a raiz. Não se trata de uma agenda abstrata, mas de um roteiro concreto para construir uma América Latina mais justa, inclusiva e democrática.

Este relatório foi elaborado por Mercedes D'Alessandro, doutora em Economia (Universidade de Buenos Aires, Argentina) e ex-Diretora Nacional de Economia, Igualdade e Gênero no Ministério da Economia da Argentina. dalessandro.mm@gmail.com

Tradução por Celina Lagrutta.

A autora agradece a Leticia Graça Generoso Pereira e a Clara Saliba pelas contribuições para o texto e pelo trabalho de revisão.

Prólogo: Transformar o Estado, disputar a economia, ampliar os direitos

Há um ano e meio, formamos uma equipe de economistas feministas do Brasil, Colômbia, Uruguai, Chile e Argentina¹ para desenvolver um trabalho conjunto com um propósito comum: **sistematizar nossas experiências no desenho, implementação e avaliação de políticas públicas com enfoque feminista**. Dividimos uma formação acadêmica orientada ao serviço do Estado, que concebemos como um ator central para a transformação social. O processo desse trabalho, que incluiu encontros virtuais e presenciais, escrever, conversar, debater entre nós e com mais economistas, ler e produzir — os ensinamentos serão partilhados aqui —, permitiu que valorizássemos as contribuições da Economia Feminista para a gestão pública e, ao mesmo tempo, identificássemos desafios comuns que afetam nossos países. Nessa troca, as trajetórias nacionais se enriquecem ao se refletirem nos avanços e debates de outras experiências.

Um dos grandes diferenciais do projeto é sua base prática. Não se trata de uma abordagem teórica ou externa: participamos ativamente na formulação e implementação das políticas aqui analisadas. **Lideramos processos de transformações institucionais e práticas políticas**. Já percorremos um caminho: formação teórica, elaboração de diagnósticos, construção de redes, ativismo, articulação com governos locais e movimentos sociais. Nosso objetivo é claro: gerar ferramentas e narrativas que permitam que a economia feminista deixe de estar à margem e se torne, de uma vez por todas, um caminho concreto para construir uma América Latina mais justa e inclusiva.

Este projeto parte de uma convicção fundamental: as políticas econômicas não são neutras. As crises também não. Em uma América Latina profundamente marcada por desigualdades estruturais, é urgente que os tomadores de decisão reconheçam o valor que a Economia Feminista traz para acabar com as desigualdades de gênero e raça. Não se trata apenas de incluir quem ficou de fora, mas de alargar os limites do possível: melhorar a vida das majorias, redistribuir a riqueza e o poder e garantir direitos que ainda não são uma realidade.

Nesta ocasião, trazemos experiências para partilhar com um Brasil que enfrenta tensões ma-

croeconômicas que exigem respostas urgentes e transformadoras. O governo deu passos importantes para fortalecer as áreas institucionais de gênero e raça e incorporar mulheres com trajetórias sólidas e lideranças capazes de renovar as diferentes agendas. Mas a gestão econômica continua sendo um território em disputa: é difícil que as reivindicações feministas se traduzam em decisões orçamentárias, prioridades macroeconômicas e políticas concretas. Por isso, este documento não visa apenas inspirar, mas intervir. Ele apresenta com clareza as contribuições, os aprendizados e os horizontes que as experiências feministas abrem em nossa região, ferramentas concretas para disputar a política econômica brasileira com dados, teoria e evidências. Ferramentas nascidas das necessidades reais de milhões de mulheres que sustentam, com o seu trabalho cotidiano, o funcionamento da economia.

Este documento é também um reconhecimento do ativismo persistente dos movimentos feministas que impulsionam esta transformação há décadas. A economia feminista se alimenta das lutas populares, da criatividade necessária para sobreviver em contextos de crise e de uma história de resistência. Aqui, pensar a economia não é um passatempo acadêmico: é uma estratégia de sobrevivência e de transformação. Integrar a perspectiva de gênero não é um gesto simbólico, mas sim uma condição para conceber políticas públicas que distribuam o poder e os recursos de outra forma. Em tempos de retrocessos e ofensivas da direita, não basta resistir: é preciso tomar a iniciativa. Precisamos de propostas capazes de construir majorias, ampliar direitos e incluir ativamente aquelas pessoas que foram historicamente relegadas: mulheres, pessoas racializadas, identidades dissidentes.

A seguir, apresentaremos nosso diagnóstico de ponto de partida, para depois compartilhar cada um dos casos selecionados² e, finalmente, realizar um balanço do projeto que apresentamos e o que ele nos deixa.

1. Diagnóstico compartilhado: sem o feminismo no centro, resta apenas ajuste e exclusão

As desigualdades de gênero constituem um obstáculo estrutural ao desenvolvimento. As mulheres dedicam significativamente mais tempo do que os homens ao trabalho doméstico e aos

¹Este relatório faz parte de uma série de outras publicações do Made orientadas à discussão, de uma perspectiva feminista e macroeconômica, de estratégias complementares para o combate da desigualdade de gênero em países da América Latina. Agradecemos a nossos apoiadores Wellspring Philanthropic Fund, Open Society Foundation e Co-Impact por tornarem possíveis nossos projetos. Agradecemos também ao Comitê de Economistas Feministas pelas trocas e reflexões compartilhadas ao longo do último ano, no contexto do projeto Macrofeministas Latino-americanas.

²Os documentos completos de cada caso podem ser consultados no site do MADE.

cuidados não remunerados, o que limita seu acesso à educação, à formação e às oportunidades de trabalho. Isso se traduz em taxas de participação econômica mais baixas, jornadas de trabalho reduzidas, empregos mais precários e informais e salários mais baixos. Além disso, a maternidade costuma interromper suas trajetórias profissionais ou desacelerar seu crescimento profissional. Como resultado, elas enfrentam níveis mais elevados de desemprego, informalidade e pobreza. Estas disparidades se agravam no caso das mulheres negras e indígenas, que enfrentam barreiras adicionais para alcançar e manter sua inserção econômica.

Em contextos de crise, as mulheres são as mais afetadas, e a pandemia foi um exemplo claro disso. A emergência sanitária provocada pela COVID-19 acarretou uma crise econômica que, por sua vez, agravou a crise dos cuidados. Em muitos países, as medidas para conter o vírus incluíram fechamento ou restrições em escolas, creches e centros de cuidados, bem como limitações à mobilidade para quem presta esses serviços. Isso aumentou a procura de cuidados nos lares e, para muitas mulheres — especialmente mães de crianças pequenas —, implicou a impossibilidade de trabalhar ou procurar emprego. Segundo a CEPAL (2022), “a crise gerada pela pandemia da COVID-19 teve um impacto negativo no emprego e nas condições de trabalho das mulheres na América Latina e no Caribe, provocando um retrocesso de mais de uma década nos avanços alcançados em matéria de participação no mercado de trabalho”. Posteriormente, quando as economias começaram a recuperar, as mulheres ficaram para trás em relação aos homens, regressaram mais lentamente e, em muitos casos, não recuperaram os níveis de participação econômica anteriores à pandemia.

As desigualdades de gênero não são uma questão conjuntural, mas sim um problema estrutural. Por isso, para combatê-las, são necessários planos estruturais. Falar de desigualdade é também falar do papel do Estado. Atualmente, a região se caracteriza por suas políticas fiscais regressivas e, em muitos casos, pela evasão fiscal. Ao mesmo tempo, há grandes pressões sobre o gasto social para atender a questões básicas como saúde e educação, programas alimentares, obras de infraestrutura, demandas para resolver problemas estruturais ou avançar na modernização, urgências decorrentes do impacto das alterações climáticas. O resultado são margens fiscais cada vez mais estreitas e dificuldades para implementar políticas expansionistas que contribuam para o crescimento econômico. Além disso, a dívida exerce pressão

nesse contexto e, em alguns casos, também tem peso nas decisões políticas, como os empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que condicionam o nível do déficit orçamentário ou o uso da política monetária. Um bom exemplo disso é a pressão por políticas de austeridade (principalmente os cortes no setor público), que está sempre no cerne dos programas do FMI.

Perante tal cenário, é urgente avançar para um novo pacto fiscal inclusivo e feminista. A macroeconomia feminista não se contenta em corrigir desvios, mas propõe transformar as regras do jogo. Ela promove um Estado que lidere inovações institucionais, desenvolva ferramentas técnicas com uma perspectiva de gênero, conteste os significados na narrativa econômica e garanta a participação efetiva das mulheres na tomada de decisões. Nesse caminho, as contribuições do feminismo — um dos movimentos políticos mais dinâmicos e persistentes das últimas décadas — e da economia feminista em particular, são fundamentais para impulsionar uma transformação real do Estado. Porque as políticas públicas não são neutras: elas moldam as economias, e fazê-lo de forma justa implica perturbar o status quo e mexer em interesses que sempre saíram ganhando.

Nos últimos anos, deixando já o choque da pandemia um pouco para trás, as tendências econômicas, embora com algumas nuances excepcionais, não deixam de ser preocupantes na região:

● **Desaceleração econômica e desigualdade persistente:** O crescimento cai em quase toda a região. A recuperação pós-COVID foi fraca e desigual, e hoje a economia dá sinais de arrefecimento. Sem transformações profundas, a pobreza e a concentração da riqueza continuam intactas.

● **Estagnação dos indicadores sociais:** Pobreza, desigualdade e precariedade se mantêm em níveis alarmantes. Esses vetores, que foram os mais atingidos pela pandemia, não serão revertidos sem políticas de redistribuição sustentadas.

● **Estados com escassa margem fiscal e crescente endividamento:** Muitos governos dependem da dívida para financiar gastos básicos, com condicionalidades que impõem cortes e reformas regressivas. Em vez de alterar privilégios, o ajuste recai sobre os de baixo: programas sociais, cuidados, saúde, educação.

● **Inação diante da crise climática:** A América Latina continua sem incorporar a mudança climática como prioridade econômica e política. As medidas são parciais, reativas ou subordinadas a interesses extrativistas. Sem uma transição justa e planejada, os mais pobres seguirão pagando a conta do colapso ambiental.

● **Conflitos sociais e ciclos políticos curtos:** A falta de resultados materiais das promessas de mudança gera impaciência social. A direita aproveita esse desgaste para avançar com propostas de choque que acabam com direitos e reduzem o Estado.

● **Ofensiva conservadora e feminismos em disputa:** Os avanços conquistados pelos feminismos estão em xeque. A direita busca eliminá-los, enquanto muitos governos progressistas ainda não assumem o potencial estrutural dessas agendas para convocar a uma maior participação e fortalecer nossas democracias.

Esta é a foto latino-americana: crescimento estagnado, desigualdade estrutural, pobreza feminizada, crise climática ignorada, dívida crescente, Estados empobrecidos e uma direita à espreita. Paralelamente, o mundo debate a irrupção da inteligência artificial e o futuro do trabalho, mas nos nossos países milhões de mulheres continuam a sustentar a economia com tarefas de cuidados não remuneradas e as plataformas digitais se alimentam de trabalhadores empobrecidos e expulsos do mundo do trabalho. A precarização não é uma falha do sistema: é o seu projeto. O Estado está em disputa: daí a importância de governos que possam realmente traçar um rumo em que a sustentabilidade econômica vá além da definição de uma trajetória fiscal. Nesse cenário de um mundo que avança em ritmos diferentes e com promessas vazias, a economia feminista oferece respostas concretas. Porque redistribuir o poder e a riqueza não é uma utopia, é a condição necessária para transformar pela raiz o destino da nossa região.

1.1 O Brasil (também) em dívida com as mulheres³

Embora faça parte do mapa crítico latino-americano, o Brasil conseguiu torcer algumas estatísticas regionais e mostrar outra face. Desde 2021 a economia cresce por volta de 3% ao ano (Benedicto, 2025), uma recuperação sustentada que não se explica pela magia do mercado, mas sim pelo impulso do gasto social do Governo. O emprego também dá sinais claros: o desemprego caiu para mínimos históricos e alcançou-se o maior número de trabalhadores formais registrados, com uma participação laboral de 62,4% (SECOM, 2025). Ao

mesmo tempo, os indicadores sociais começam a refletir isso: em 2025 o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU (MDS, 2025b) e desde 2022 a renda per capita dos lares não para de crescer (MDS, 2025a). Um lembrete de que o Estado pode impulsionar transformações importantes.

Ainda assim, os desafios estruturais persistem. Marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, o contexto brasileiro reflete disparidades regionais, raciais e de gênero que, ao se cruzarem, configuram um cenário complexo. São as mulheres — e em particular as mulheres negras — quem sustentam a cada dia a economia com trabalho não remunerado e altamente precarizado. Mais de 64% de quem está fora do mercado de trabalho são mulheres: 24,2 milhões são negras e 18 milhões, brancas (IBGE, 2025). As estatísticas demonstram que as tarefas domésticas e de cuidados não remuneradas constituem a principal barreira para sua inserção laboral. Somam-se a isso as jornadas de trabalho inflexíveis e a sobrecarga do trabalho social de cuidado, que as empurra para a informalidade. Essa desigualdade estrutural limita o acesso das mulheres a uma renda própria, restringe sua autonomia econômica e as concentra nos decis mais baixos da distribuição da renda. As barreiras do racismo, o acesso desigual à educação e a segregação territorial aprofundam essa exclusão. Como resultado, o mercado informal está conformado majoritariamente por pessoas negras, que representam cerca de 62% dele, apesar de constituírem 52% da população economicamente ativa (IBGE, 2025). Na intersecção entre gênero e raça, são as mulheres negras quem carrega as formas mais brutais de vulnerabilidade.

Desde 2014, os discursos em defesa do ajuste fiscal têm adquirido um protagonismo crescente na mídia e na arena política brasileira. A crença na “insustentabilidade” da dívida pública e na urgência de medidas que reduzam o gasto, ainda sem contrapartidas efetivas na arrecadação, resultou no corte e na precarização de instituições e políticas que, desde o início do século, vinham promovendo a ampliação de direitos já conquistados. Como consequência, inaugurou-se uma fase em que os direitos alcançados se viram ameaçados, e a elaboração de novas políticas orientadas para a redução das desigualdades perdeu espaço na disputa política.

A reeleição de Lula para um terceiro mandato, no entanto, trouxe novos matizes para esse processo e renovou muitas esperanças em torno da ampliação do papel do Estado como estratégia para combater as estruturas de desigualdade,

³ Esta seção possui contribuições de Letícia Graça Generoso Pereira e a Clara Saliba para a redação.

através da redistribuição de responsabilidades e da expansão do acesso a serviços essenciais. Uma iniciativa que ilustra claramente esse movimento é a aprovação da Lei n.º 15.069/2024, que instituiu a Política Nacional de Cuidados, e a posterior implementação de um Plano Nacional de Cuidados, lançado em dezembro de 2025.

Esse processo teve início quando o atual governo criou, de forma inédita, a Secretaria Nacional de Cuidados e Família, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS). O principal esforço de elaboração da Secretaria foi a Política Nacional de Cuidados, resultado conjunto do grupo de trabalho interministerial formado por mais de vinte instituições — o GTI-Cuidados —, que tem como público prioritário as crianças e adolescentes, com especial atenção à primeira infância; os idosos que necessitam de assistência para realizar atividades básicas da vida diária; pessoas com deficiência que precisam de apoio para essas atividades; e profissionais de cuidados, tanto remunerados como não remunerados.

Entre os principais desafios para a implementação efetiva de uma “sociedade do cuidado”, tal como foi definida no Compromisso de Buenos Aires na XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (CEPAL, 2023), encontram-se as complexidades das disputas orçamentárias, que continuam deixando as mulheres em segundo plano. A implementação da Política Nacional de Cuidados (Lei n.º 15.069/2024) constitui, sem dúvida, uma conquista histórica. No entanto, é fundamental sublinhar que, sem orçamento, não há transformações na realidade. O compromisso com a redução das desigualdades de gênero deve necessariamente ser refletido nas dotações orçamentárias.

Outro desafio em aberto é a participação das mulheres em todas as esferas do poder. Para que as coisas mudem, quem toma as decisões também tem de mudar. A representação política das mulheres — em especial das mulheres negras e indígenas — nos espaços de poder não é um detalhe: é uma condição necessária para que suas reivindicações sejam incluídas na agenda. Sem elas, é difícil que o Estado tenha as ferramentas e as forças para combater as desigualdades. Embora tenha havido avanços, o Brasil continua longe de uma representação equitativa no Congresso e nos governos: em 2024, as mulheres não brancas representavam 11% dos cargos de alta liderança no Poder Executivo Federal e 15% nos cargos de liderança média (Afrocebrap, 2025). É urgente

que as políticas de cotas e o financiamento para candidatas mulheres e pessoas negras se transformem em poder real, rompendo com o racismo institucional (Bento, 2014).

1.2 Onde o mercado ajusta, a economia feminista repara

O diagnóstico regional revela uma grande urgência. Por isso, neste documento, apresentaremos sucintamente quatro casos que ilustram como as políticas com uma perspectiva de gênero podem contribuir. Os casos são apresentados para compreender as experiências, bem como seu potencial de escalabilidade, impacto e capacidade de servir de base a novas políticas. Não se trata de “histórias bonitas”, mas sim de provas de que outro modelo é possível. Além disso, são processos contados por seus protagonistas, de forma crítica e com uma análise e propostas que acrescentam valor.

Por que macroeconomistas feministas? Porque a Economia Feminista (EF) irrompe no campo econômico para colocar sobre a mesa aquilo que as visões tradicionais deixaram de fora. Não se trata apenas de uma abordagem alternativa: é uma crítica estrutural que revela como a economia dominante tem ignorado dimensões fundamentais da vida social. Uma das contribuições mais transformadoras da EF é a de dar visibilidade ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Esse trabalho cotidiano, realizado em sua maioria por mulheres, que não aparece nos indicadores econômicos, não gera salário nem direitos, mas sustenta a vida e o funcionamento da economia. Não é um detalhe menor: é uma das chaves para compreender por que as mulheres têm menor participação no mercado de trabalho, por que sua inserção laboral é mais precária, por que enfrentam maiores obstáculos para crescer profissionalmente ou mesmo para ter acesso a espaços de poder político. Mas é também uma forma de pensar a produção e a reprodução social.

O trabalho doméstico e de cuidados, realizado majoritariamente por mulheres e sustentado por normas de gênero profundamente enraizadas, organiza uma divisão do trabalho que empurra as mulheres para setores feminizados, mal remunerados, precários e pouco valorizados socialmente. Essa estrutura não só limita suas oportunidades de desenvolvimento, como produz um efeito sistêmico: a feminização da pobreza. Porque quando os cuidados não são reconhecidos nem redistribuídos, as mulheres pagam o custo com seu tempo, sua autonomia e seu futuro. Por isso, não se pode falar de desigualdade sem falar de cuidados. Nesse contexto, o primeiro caso de política economi-

ca feminista que abordamos é o do Sistema Nacional Integrado de Cuidados do Uruguai. Um modelo pioneiro na região que compreendeu algo fundamental: cuidar não é apenas uma responsabilidade privada, é uma questão pública que requer políticas, investimento e vontade política.

O trabalho doméstico e de cuidados não remunerado continua a ser invisível nas contas nacionais. Não é medido, não é valorizado, não entra no PIB. Durante décadas, a economia tradicional não o abordou, mantendo-o à margem da análise econômica. Não faz parte da macroeconomia, mesmo sendo uma peça fundamental. Foi a EF que rompeu esse cerco conceitual e obrigou a encarar de frente esta dimensão-chave da estrutura social e produtiva. A distribuição desigual destas tarefas — que recai de forma esmagadora sobre as mulheres — tornou-se mensurável graças a ferramentas como as Pesquisas sobre o Uso do Tempo, que revelam como milhões de mulheres dedicam horas e dias aos cuidados sem salário nem reconhecimento. São dados que não apenas mostram uma desigualdade, como a quantificam. Por isso, a produção de estatísticas com perspectiva de gênero e raça é uma tarefa estratégica. Não se trata de acumular números, mas de construir diagnósticos mais robustos, capazes de orientar políticas públicas que apontem para a origem das desigualdades. Nesse sentido, o segundo caso que abordamos neste relatório é o da Colômbia e o desenvolvimento de suas estatísticas feministas: uma aposta concreta na produção de conhecimento para transformar a realidade.

Nos países onde as feministas conseguiram conquistar posições de poder institucional e impulsionar agendas de transformação, há uma questão que se torna estratégica: o orçamento. Pois é aí, na distribuição dos recursos, que se decidem os horizontes da transformação social. Os Orçamentos Sensíveis ao Gênero (OSG) são uma ferramenta fundamental para compreender o que o Estado faz com seu dinheiro, a quem dá prioridade e até que ponto leva a sério o compromisso de enfrentar as desigualdades. Medir, identificar e dar visibilidade à despesa com uma abordagem de gênero não é apenas um exercício técnico: é uma forma de colocar a igualdade no centro do projeto político. Na última década, vários países da América Latina avançaram nessa direção. Mas também vimos como esses avanços podem ser frágeis quando os sinais políticos mudam. Por isso, o caso que

apresentamos neste relatório — o da Argentina — é paradigmático: mostra tanto o potencial transformador dos OSGs quanto a violência com que a direita ataca qualquer tentativa de institucionalizar a igualdade. Porque, para eles, o orçamento feminista não é eficiência nem equidade: é uma ameaça. Disputar rubricas orçamentárias faz parte do desafio dos feminismos para alcançar e consolidar as mudanças sociais.

Por fim, para que as políticas feministas não fiquem apenas no papel, precisamos de algo básico, mas ainda muito escasso: mais mulheres tomando decisões. Mais feministas nos ministérios, nos parlamentos, nas áreas técnicas, no planejamento econômico. Não basta “ter uma perspectiva”, é necessário ter poder. A literatura feminista diz há décadas: o acesso ao poder é atravessado por obstáculos estruturais. Tetos de vidro, pisos pegajosos, violências institucionais. Mas também pela ideia persistente de que nós, mulheres, não entendemos de economia nem de política, como se essas fossem disciplinas reservadas a homens de terno e calculadora. Transformar a economia requer estarmos sentadas nas mesas onde se discute o orçamento, o modelo produtivo, o papel do Estado. Por isso, encerramos este documento com o caso do Chile, que soube capitalizar as lutas históricas dos feminismos para disputar espaços institucionais e abrir caminho para uma agenda com as mulheres como protagonistas.

Este documento não pretende esgotar a riqueza e a diversidade das lutas feministas, as contribuições teóricas nem as experiências de gestão que nossas companheiras têm construído por toda a região. Trata-se apenas de uma seleção de casos significativos, reunidos com o objetivo de partilhar aprendizados e alimentar o debate. A experiência latino-americana deixa uma pista clara: onde existem sistemas de cuidados, dados desagregados, orçamentos com enfoque de gênero e mulheres em posições de poder, criam-se as condições para impulsionar uma macroeconomia feminista. Uma abordagem que não espera pelo “efeito de transbordamento” nem se contenta com reformas superficiais: ela aposta na redistribuição do poder, do tempo e da riqueza desde a raiz.

2. URUGUAI. Os cuidados no coração da economia: políticas públicas para a igualdade⁴

Partimos de uma realidade conhecida, mas

⁴ Este ponto retoma e sintetiza o trabalho original do “Informe de diagnóstico y recomendaciones para políticas económicas con enfoque de género y raza en América Latina: Sistema de cuidados y trabajo no remunerado” realizado por Alma Espino e Soledad Salvador, no contexto do projeto Macrofeministas Latinoamericanas (Espino; Salvador, 2025). A edição foi realizada para este documento, conservando o espírito do texto original, mas incorporando adaptações e desenvolvimentos próprios.

ainda pouco transformada: as mulheres realizam a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado (TDCNR). Isso tem impacto nas suas possibilidades de emprego e de desenvolvimento. Devido à sobrecarga do TDCNR, elas enfrentam maiores obstáculos para se integrarem no mundo do trabalho (remunerado), têm menor representação política e taxas de pobreza mais elevadas. Tais fatores, longe de ser “questões sociais”, são estruturas econômicas que condicionam o desenvolvimento de um país.

A distribuição assimétrica do TDCNR entre homens e mulheres não só constitui uma dimensão central da desigualdade de gênero, como também tem consequências estruturais sobre o funcionamento da economia. Neste sentido, abordar a organização social dos cuidados não é uma questão secundária: é o ponto de partida para repensar o modelo econômico e avançar para uma economia mais justa, inclusiva e sustentável.

O Uruguai foi pioneiro na região ao criar um sistema público de cuidados com uma perspectiva de gênero. Em 2015, graças a uma luta histórica do movimento feminista e a uma decisão política que reconheceu que cuidar é também uma questão de justiça econômica, foi criado o Sistema Nacional Integrado de Cuidados (SNIC). Uma década depois desse marco, este documento apresenta um balanço dessa política pública, que conseguiu superar as vicissitudes políticas e hoje procura recuperar a centralidade na agenda econômica. Porque, como costuma acontecer com as políticas que abordam problemas estruturais, sem orçamento, sem financiamento estável e sem protegê-las contra o ajuste fiscal, o sistema não se sustenta.

O cuidado não é um luxo nem uma tarefa que as mulheres assumem “por amor”. Embora os laços afetivos existam, não podem continuar a ser a desculpa para naturalizar a desigualdade. Os cuidados são a engrenagem invisível que sustenta a sociedade e torna possível a economia. A experiência uruguaia demonstra que avançar para um sistema nacional de cuidados não é uma questão técnica nem marginal: é uma aposta política profunda, que requer uma visão estrutural e que é capaz de redistribuir tempo e oportunidades.

2.1 O modelo uruguaio: cuidados como direito e pacto social

O Uruguai abriu caminho. Foi o primeiro país da região a aprovar uma lei para criar um Sistema Nacional Integrado de Cuidados (SNIC). A Lei n.º 19.353, apoiada por todos os partidos políticos com representação parlamentar e que deu origem

ao SNIC, lançou as bases para garantir a assistência, os serviços e as prestações a todas as pessoas em situação de dependência, incorporando as perspectivas de gênero e geracional. O objetivo era claro: “criar um modelo de cuidados corresponsável entre famílias, Estado, comunidade e mercado; e especialmente entre homens e mulheres, para que os uruguaios e as uruguaias possamos partilhar equitativamente as nossas responsabilidades de cuidados, visando assim superar a injusta divisão sexual do trabalho que, historicamente e ainda hoje, caracteriza a nossa sociedade. Por isso — e a pedido da própria sociedade civil — também aqueles que prestam cuidados, em sua grande maioria mulheres, são integrados, numa perspectiva de gênero, como sujeitos ativos de direitos”.

O SNIC se articula em torno de cinco componentes:

- **Serviços:** Inclui a expansão e criação de serviços (como cuidado infantil, assistentes pessoais ou teleassistência) e a melhora de sua qualidade mediante regulação e fiscalização;
- **Formação:** Busca profissionalizar o trabalho de cuidados mediante capacitações específicas e melhora da formação existente;
- **Regulação:** Garante padrões de qualidade em todos os serviços, revisando quadros normativos e desenvolvendo novas ferramentas;
- **Gestão da Informação e do Conhecimento:** Desenvolve sistemas para identificar necessidades, monitorar o sistema e produzir dados e conhecimento sobre cuidados;
- **Comunicação:** Promove mudanças culturais e visibiliza o valor dos cuidados, posicionando as pessoas como protagonistas.

Com base nessa lei, o Uruguai implementou uma rede diversificada de políticas de cuidados que abrange desde a primeira infância até os idosos. Inclui a ampliação da cobertura dos Centros CAIF e a criação de Casas Comunitárias de Cuidados e bolsas socioeducativas para crianças pequenas, bem como centros de acolhimento diurno e noturno para facilitar a conciliação entre a vida profissional e a educação. Para pessoas dependentes, foram implementados programas de assistentes pessoais, teleassistência e centros de dia, juntamente com a atualização da regulamentação das residências de longa permanência, reforçando assim um sistema integral que combina infraestruturas, financiamento estatal e formação do pessoal (Ciedur, 2022).

2.2 Impacto do SNIC

Para além do seu desenho inovador e da articulação entre setores, a grande contribuição do SNIC foi **reconhecer o cuidado como um direito**. Além disso, incorporou explicitamente a perspectiva de gênero em sua lei fundacional. **Um fato fundamental foi incluir a população que presta cuidados como sujeito da política**, e não apenas aqueles que recebem cuidados. Isso permitiu avançar em matéria de licenças, formação e serviços de apoio temporário, e abriu caminho para o reconhecimento e a melhora do emprego no setor.

No que diz respeito ao financiamento, o Uruguai propõe um modelo de solidariedade fiscal para sustentar o SNIC. A lei estabelece que os recursos devem ser atribuídos de forma clara e transparente no orçamento nacional, para garantir seu acompanhamento e controle. O financiamento é majoritariamente público, baseado nas receitas gerais, e visa um pacto fiscal e social que entenda que não há bem-estar coletivo sem solidariedade. Apenas alguns serviços específicos exigem copagamentos ajustados de acordo com a capacidade de pagamento, que, por sua vez, subsidiam aqueles que não podem arcar com essa despesa. **Entre 2016 e 2020, o SNIC representou, em média, 0,6% do PIB**, com a maior parte dos recursos destinados à primeira infância e à assistência à dependência, e uma parcela menor à formação de cuidadores e cuidadoras. Esse gasto sustentou a expansão dos serviços e a profissionalização, demonstrando que financiar os cuidados não é um custo, mas sim um investimento social estratégico.

Alguns dos principais resultados do SNIC são:

- Entre 2015 e 2020, as estratégias de cuidado experimentaram uma transformação significativa, passando de enfoques maternalistas para esquemas mais corresponsáveis, que envolvem diferentes gêneros e atores sociais.
- Entre 2015 e 2020, as estratégias de cuidado experimentaram uma transformação significativa, passando de enfoques maternalistas para esquemas mais corresponsáveis, que envolvem diferentes gêneros e atores sociais.
- Observa-se um aumento na participação laboral das mulheres com filhos/as de entre 0 e 2 anos, inclusive quando esse aumento não se verifica no conjunto das mulheres.
- Quanto ao programa de assistentes pessoais, os impactos sobre as referências de cuidado (principalmente cuidadoras de pessoas com dependência severa) são notáveis: 41% não contam com

emprego remunerado e 84% de quem não trabalha são mulheres. Para 59% dessas referências, contar com um(a) assistente pessoal implicou uma mudança positiva em sua situação de trabalho, permitindo que aumentassem as horas trabalhadas, voltassem para o emprego ou iniciassem a busca de trabalho.

- Só 10% das pessoas maiores de 65 anos em situação de dependência recebe serviços de cuidado, o que evidencia uma dívida estrutural na organização social do cuidado.

2.3 Notas para uma política transformadora

Pensar o cuidado como política pública implica decisões conceituais, técnicas e políticas que permeiam todo seu processo de desenho e implementação. Esta seção reúne algumas das principais lições aprendidas com a experiência do SNIC. Desde a forma como os cuidados foram definidos e sua relação com o trabalho doméstico, até os desafios fiscais, institucionais e sociais para garantir sua sustentabilidade e universalidade, este percurso procura esclarecer os pontos-chave — e as tensões — que atravessam toda e qualquer política de cuidados ambiciosa.

O desenho e os conceitos de uma política de cuidados

Para desenhar um sistema de cuidados efetivo, é fundamental definir com precisão o que se entende por cuidados e como estes se articulam com outros componentes do sistema de proteção social, como a saúde, a educação e a seguridade social. Inicialmente, no Uruguai, adotou-se uma definição ampla, que incluía tanto os cuidados diretos (como alimentar, higienizar ou acompanhar) como os indiretos (comprar e preparar comida, limpar a casa, etc.). No entanto, com o tempo, **o foco foi se centrando nos cuidados diretos às pessoas**. Essa abordagem mais restrita não pode ser dissociada do trabalho doméstico, uma vez que ambos estão profundamente interligados. Por exemplo, para cuidar de alguém doente, é necessário limpar, cozinhar, comprar medicamentos, etc.

Nas medições do TDCNR, observa-se que o cuidado de crianças está um pouco mais bem distribuído entre os gêneros, mas os cuidados de pessoas dependentes e as tarefas domésticas continuam a recair principalmente sobre as mulheres. Além disso, a prestação de serviços públicos tem um impacto direto na carga de cuidados: se o sistema educacional estender sua cobertura e horário, ou se incluir efetivamente crianças com deficiência, liberará tempo nos lares. Se não o fizer, essa demanda recairá sobre as famílias. O mesmo ocorre com o sistema de saúde: cortes ou reformas, como

a hospitalização domiciliar, podem transferir a carga de trabalho para o lar, aumentando o trabalho não remunerado. De forma oposta, uma maior cobertura pode aliviá-lo.

É claro que nem todos os serviços públicos substituem os cuidados familiares: alguns, como os programas de estimulação precoce que existem no Uruguai, exigem a presença ativa de um adulto de referência. Por isso, nem todas as prestações estatais liberam tempo dos cuidados, embora contribuam para o desenvolvimento das pessoas.

Por fim, ao conceber serviços de cuidados, é preciso evitar que o direito se torne um fardo individual. O objetivo é coletivo: retirar os cuidados do âmbito doméstico e levá-los para o domínio público. Isso implica que o Estado garanta sua prestação e financiamento de forma universal, sem discriminar quem os utiliza nem como. Individualizar o acesso aos cuidados não só precariza o trabalho de quem cuida — porque se trata de um setor altamente intensivo em mão de obra —, como também desprotege quem mais precisa deles, que costumam ser pessoas em situação de dependência ou vulnerabilidade. A concepção do sistema é importante: **se não for garantido coletivamente, o direito aos cuidados acaba sendo privatizado e enfraquecido.**

O Estado e as políticas de cuidados

Para impulsionar e fortalecer as políticas de cuidados, é crucial que haja uma reflexão profunda sobre o papel do Estado no contexto atual. Especialmente no que diz respeito às políticas macroeconômicas, mas também às necessidades específicas dos territórios e à participação ativa das comunidades.

Um requisito fundamental para conceber e aplicar políticas de cuidados é reconhecer que o trabalho de cuidar não tem apenas um valor relacional, cultural e afetivo, mas também um valor econômico concreto. Não se trata apenas do amor ou da dedicação emocional que implica cuidar, mas de compreender que esse trabalho sustenta o funcionamento da economia em seu conjunto. Por exemplo, quando uma pessoa cuida de uma criança ou de um idoso, está permitindo que outro membro da família possa trabalhar, estudar ou participar na comunidade. Sem esses cuidados, muitas atividades econômicas simplesmente não poderiam ser realizadas. Esse reconhecimento é fundamental para que os governos atribuam recursos e elaborem políticas que realmente valorizem e apoiem os cuidados, em vez de os considerar uma responsabilidade exclusiva e não remunerada das mulheres.

Por outro lado, é necessário levar em consideração o impacto das políticas de austeridade fiscal, que limitam a oferta pública de serviços essenciais como a saúde, a educação e a seguridade social. Essas políticas não afetam a população de forma homogênea: seu peso recai com maior intensidade sobre as famílias mais vulneráveis, agravando as desigualdades sociais, de gênero e raciais. Por exemplo, quando se aplicam cortes orçamentários em setores-chave como saúde ou educação, as mulheres assumem de forma desproporcional as responsabilidades adicionais de cuidados que esses cortes geram. Ao dedicarem mais tempo a suprir as deficiências na prestação pública destes serviços, sua carga de trabalho total aumenta significativamente. Esse efeito se agrava devido ao fato de uma proporção considerável de mulheres trabalhar precisamente nesses setores, enfrentando simultaneamente maior precariedade laboral e um aumento de suas responsabilidades domésticas e de cuidados.

Em contextos de crise econômica, essa carga dobrada fica ainda mais visível nos bairros populares e favelas, onde as mulheres assumem papéis fundamentais na reprodução social e comunitária. São elas que organizam cozinhas comunitárias, cuidam de crianças e idosos e sustentam redes informais de apoio essenciais para a sobrevivência de suas famílias e comunidades. Tal dinâmica, documentada por diversos estudos regionais, revela como as políticas de austeridade e os cortes nos serviços públicos agravam as desigualdades de gênero, transformando a crise econômica numa crise de cuidados ainda mais grave que recai principalmente sobre as mulheres, tanto dos setores vulneráveis quanto da classe média.

Nesse contexto, é imprescindível que as políticas de cuidados sejam articuladas de forma coerente com as decisões macroeconômicas adotadas pelos governos, com o objetivo de garantir o direito aos cuidados e a sustentabilidade das estratégias e ações implementadas.

Entre os desafios que se colocam no SNIC, destacam-se questões técnicas, operacionais e políticas. Por exemplo, subsiste o desafio de incluir a carga de cuidados no domicílio na consideração dos auxílios a serem concedidos. O argumento para impulsionar essa medida é que, se considerarmos apenas a dependência, estaremos ignorando o impacto que a carga de cuidados gera naquele que presta os cuidados. Além disso, no financiamento do sistema, é necessário ter em conta que, caso sejam implementados sistemas de coparticipação, seja sempre concedida uma determinada percentagem de subsídio para que todas as

famílias se sintam reconhecidas pela contribuição que dão aos cuidados e tenham o incentivo para se integrarem no sistema. Caso contrário, o mercado informal dos cuidados certamente se manterá.

A macroeconomia dos cuidados

As políticas macroeconômicas e, em particular, a política fiscal, enfrentam o desafio de reduzir as desigualdades, embora muitas vezes não consigam perceber claramente que gênero e raça são fatores que agravam a exclusão. Um obstáculo central é a falta de uma perspectiva de gênero e de feminismo na prática política e na concepção econômica. Daí decorre a escassez de fontes de financiamento para as políticas de cuidados. Isto significa que é necessário adaptar as políticas de despesa pública e, principalmente, as políticas fiscais, de modo a gerar os recursos necessários para financiar os cuidados.

Investir em políticas de cuidados não é um gasto, é um benefício triplo para a sociedade: bem-estar para quem cuida e para quem é cuidado, emprego de qualidade e mais mulheres na força de trabalho. Os serviços de cuidados são um investimento social que gera tanto ou mais emprego do que setores tradicionais como a construção: são intensivos em mão de obra e multiplicam-se por toda a economia. Além disso, criar emprego nos cuidados significa abrir as portas do mercado de trabalho a muitas mulheres que, graças a estes serviços, podem sair da inatividade ou aumentar e melhorar os seus horários de trabalho. É também mais tempo para estudar, para se formar. Ou simplesmente para descansar. É importante salientar que o trabalho remunerado e o tempo livre não são simplesmente intercambiáveis. Por isso, as políticas devem equilibrar cuidadosamente essa combinação para evitar que o aumento do emprego feminino se traduza em pobreza de tempo.

A criação de empregos de qualidade para as mulheres melhora o tecido social, gera receitas para o Estado e empodera as mulheres, redistribuindo tempos e papéis. Também dinamiza outros setores: infraestrutura, transporte, energia, comércio. Não se trata apenas de cuidar, mas de movimentar a economia.

Quem paga os cuidados?

Segundo a CEPAL e a ONU Mulheres (2021), o investimento necessário para universalizar cuidados em vários países da região é grande — por volta de 3-4% do PIB —, mas o retorno fiscal que ele gera reduz notavelmente esse custo. Investir em cuidados é investir em justiça social e em de-

envolvimento econômico. O financiamento dos cuidados pode vir de diferentes fontes. Uma das principais é o orçamento público, através de impostos gerais arrecadados pelo Estado, que devem ser entendidos como um benefício coletivo e não apenas como um custo individual. Também existem mecanismos como os seguros públicos ou privados obrigatórios, que costumam cobrir principalmente serviços destinados à população formal, embora apresentem limitações tanto em seu alcance como na cobertura de situações de dependência permanente. Uma alternativa são os fundos específicos de cuidados, financiados mediante impostos solidários — por exemplo, sobre produtos como tabaco, álcool, bens de luxo, heranças ou patrimônios — que permitem melhorar a progressividade do sistema tributário e garantir recursos estáveis para além das mudanças de governo. Por último, novas práticas tributárias internacionais, como os impostos digitais ou ambientais, também poderiam contribuir para a criação e sustentabilidade desses fundos.

Trata-se de uma verdadeira revolução, porque o que está em jogo é pagar aquilo que nunca foi pago. Pois, se não houver um Sistema de Cuidados, de qualquer forma, alguém acaba desempenhando essas tarefas. E, como já é evidente nesta altura, o custo recai sobre as mulheres. São elas que pagam com seu tempo e suas oportunidades, o que repercute em toda a sociedade. A chave está em compreender que financiar os cuidados é um pilar fundamental para a justiça social e o desenvolvimento econômico.

O caso uruguaio demonstra que construir um sistema nacional de cuidados é uma aposta política profunda na redistribuição do tempo, do trabalho e dos recursos. Requer vontade política estatal, investimento sustentado, participação social e instituições capazes de transformar demandas coletivas em políticas universais. Mas exige também uma disputa cultural: retirar os cuidados da esfera privada, romper com sua feminização e colocá-los no centro de um novo pacto social. Se queremos avançar para sociedades mais igualitárias, os cuidados devem deixar de ser uma tarefa invisível para se tornarem um direito garantido e uma responsabilidade partilhada. O Uruguai nos oferece um roteiro claro: sem cuidados, não há bem-estar; sem justiça nos cuidados, não há justiça social.

No entanto, nenhuma mudança estrutural como essa é possível sem informação confiável. Dar visibilidade ao que historicamente foi ocultado — o trabalho não remunerado, a desigualdade

na utilização do tempo, a contribuição econômica dos cuidados — requer dados. De nada adianta querer transformar o que não se mede. Por isso, a seção seguinte centra-se no caso da Colômbia, onde a EF expandiu os limites da estatística, demonstrando que os dados são também um terreno de disputa e uma ferramenta para a mudança.

3. COLÔMBIA: é possível medir a desigualdade⁵

Alguma coisa está mudando na América Latina: governos e movimentos sociais começam a compreender que não há desenvolvimento possível sem justiça de gênero. A economia feminista deixou de ser uma curiosidade acadêmica para, aos poucos, abrir caminho em espaços de formação e de construção, fortalecendo tanto sua teoria como sua prática. Um desses espaços fundamentais é o dos dados: porque aquilo que não é medido não existe na política pública. Mas também porque quem produz os dados, como os produz e com que finalidades, faz parte do problema e da solução. Incorporar a perspectiva de gênero às estatísticas não é apenas uma questão técnica: é um ato que empodera. É contestar o senso comum que invisibiliza o trabalho das mulheres, que apaga os cuidados, que marginaliza quem não se enquadra nos modelos. Uma política feminista precisa de dados que descrevam o mundo tal como ele é.

Nesta seção, apresentamos o caso da Colômbia, um país que também faz parte dessa tendência regional: nos últimos anos tem demonstrado um interesse crescente em reduzir as disparidades de gênero. O presente relatório se baseia nessa experiência e em um trabalho sustentado de coleta, produção e construção de dados e indicadores com perspectiva de gênero, impulsionado por economistas feministas. O que se segue é um roteiro: os mecanismos que permitiram visibilizar as desigualdades, os obstáculos que surgiram no processo e as respostas que, por parte do Estado e da sociedade civil, foram sendo tecidas. O caso colombiano oferece pistas valiosas para outros países da região e mostra que quantificar as desigualdades, cruzar dados por gênero, raça, classe e território, não só revela as dimensões do problema, como também abre caminhos para seu enfrentamento.

3.1 O gênero dos dados

A Economia Feminista (EF) funciona neste trabalho como um enquadramento que permite analisar, compreender e intervir nas desigualdades de gênero em suas múltiplas dimensões. Esse olhar converge em três eixos-chave: colocar o gênero como categoria central da análise econômica, questionar os vieses da economia ortodoxa e assumir um compromisso ético-político com a transformação da ordem socioeconômica que reproduz a desigualdade (Ajenjo, 2021). Dessa perspectiva, a EF propõe um enfoque sistêmico de sustentabilidade da vida. Não se trata apenas de observar o mercado, e sim de reconhecer as múltiplas interdependências entre a produção capitalista, a natureza e as atividades que sustentam a vida humana: os afetos, os cuidados, o trabalho doméstico e reprodutivo. Nesse contexto, produzir e utilizar dados com perspectiva de gênero é uma tarefa que permite visibilizar as desigualdades, compreender as condições sociais que as perpetuam e desenhar intervenções orientadas a revertê-las. Avançar em direção a uma economia do cuidado, por exemplo, exige uma agenda robusta de dados de gênero, o que por sua vez requer vontade política, investimento público e instituições comprometidas.

Os dados de gênero são muito mais do que números: são informações sobre as vidas reais de mulheres, meninas e pessoas LGBTQIA+. Servem para compreender, comparar e monitorar sua situação em diferentes territórios, e são fundamentais para transformar a realidade. Mas não surgem espontaneamente: exigem decisões e compromissos institucionais e políticos. Dispor de dados de gênero implica incorporar a perspectiva de gênero em todo o ciclo de vida dos dados, desde a coleta até à publicação. No entanto, essa produção continua sendo insuficiente em grande parte do mundo. A falta de indicadores desagregados, os envios tardios na análise e a ausência de governança de dados são obstáculos que impedem de ver as desigualdades e, portanto, de agir sobre elas. Hoje, a informação continua fragmentada, escondida em silos institucionais, ou simplesmente ausente. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que serão necessários pelo menos 22 anos para superar a lacuna de dados de gênero nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E o mais preocupante: nenhum dos 193 países que assinaram a Agenda 2030 da ONU dispõe hoje de todos

⁵ Esta parte do texto retoma e sintetiza o trabalho original do “Informe de Diagnóstico y Recomendaciones para Políticas Económicas con Enfoque de Género y Raza en América Latina: Procesamiento de datos e indicadores desagregados con enfoque de género en Colombia” realizado por Diana Ramírez e Paola García-Ruiz realizado no âmbito do projeto Macrofeministas Latinoamericanas (García-Ruiz; Ramírez, 2025). A edição foi realizada para este documento, conservando o espírito do texto original, mas incorporando adaptações e desenvolvimentos próprios.

os dados necessários para monitorar os indicadores de gênero. Em plena era do *big data*, o que falta não é tecnologia: é decisão.

Para avançar com uma agenda de EF na região, é fundamental ampliar a disponibilidade de dados desagregados por sexo, produzir análises com uma perspectiva de gênero e integrar informações que permitam orientar as decisões tanto dos governos quanto das organizações da sociedade civil. Sem dados, não há política transformadora possível. De acordo com o relatório *Women Count* da ONU Mulheres, em 2022 o Brasil contava com apenas 49% dos dados necessários para monitorar os ODS com uma perspectiva de gênero. A Colômbia dispunha de 54%; o Chile, de 50%; o Uruguai, 45% e a Argentina, 55%. Ou seja: aproximadamente metade dos dados que importam não existem, não são medidos ou não são publicados.

Em um contexto marcado pela digitalização, é urgente fortalecer a governança institucional do sistema estatístico, acelerar o uso de pesquisas sobre o uso do tempo, rendimentos, pobreza, trabalho e políticas fiscais com enfoque de gênero, aumentar o investimento público e garantir marcos normativos que sustentem essa produção ao longo do tempo. Não basta coletar dados uma única vez: é preciso institucionalizar sua produção e utilização.

Na esfera global, diversas organizações têm promovido iniciativas para reduzir as lacunas nos dados de gênero. Há mais de vinte anos que fóruns como o Encontro Internacional de Estatísticas de Gênero — promovido pela CEPAL, pelo INEGI e pela ONU Mulheres — reúnem instituições nacionais e mecanismos de gênero com o objetivo de melhorar a produção e a utilização de estatísticas na região. Programas como “Mulheres e Meninas que Contam” (ONU) identificam três eixos fundamentais para avançar: criar um ambiente propício (financiamento, apoio institucional, alianças), ampliar a produção de dados (com novas fontes, maior desagregação e modernização estatística) e garantir o acesso e a utilização desses dados (capacidades técnicas, comunicação e cultura de dados).

Organismos como o Banco Mundial e a OCDE concordam: não é possível fechar a brecha de gênero sem primeiro fechar a brecha de dados. Produzir mais e melhores estatísticas, analisá-las com uma perspectiva de gênero e divulgá-las eficazmente são passos essenciais. A OCDE sublinha ainda a necessidade de apoio político sustentado, financiamento adequado e colaboração Sul-Sul para fortalecer os sistemas estatísticos. Por sua

vez, a Paris21 sintetiza os desafios em três níveis: sistêmico (quadro jurídico, apoio político), organizacional (estruturas, capacidades, financiamento) e individual (lideranças e competências técnicas). Superar estas barreiras requer um compromisso sustentado para incluir a perspectiva de gênero em todo o ciclo de vida dos dados.

Esse quadro internacional ajuda a entender como alguns países começaram a consolidar uma agenda de dados com enfoque feminista, crucial para informar as políticas do presente e as transformações do futuro.

3.2 Institucionalizar o cuidado nas estatísticas

A Colômbia impulsionou uma série de avanços fundamentais para reduzir as disparidades de gênero nos sistemas estatísticos, seguindo as recomendações de organismos internacionais e reconhecendo a urgência de dar visibilidade ao trabalho de cuidados e a outras atividades invisibilizadas. Esta seção apresenta uma série de iniciativas lideradas pela Colômbia que apontam nessa direção. Mostramos aqui como se reforçou a governança do sistema estatístico nacional em torno dos dados de gênero e como sua utilização foi promovida em áreas críticas, como a economia do cuidado e o mercado de trabalho. Entre elas, destaca-se a Lei 1.413 de 2010 — a Lei da Economia do Cuidado —, que incorporou tal dimensão no Sistema de Contas Nacionais e lançou as bases para a Pesquisa Nacional sobre o Uso do Tempo (ENUT, por suas siglas em espanhol) e a conta satélite de cuidados. A apresentação dessas políticas não visa replicá-las mecanicamente em outros contextos, mas sim oferecer lições aprendidas para inspirar estratégias próprias. O Brasil — e a América Latina em seu conjunto — pode buscar inspiração nessa experiência para construir uma agenda de produção estatística que esteja a serviço da justiça social e de gênero.

Um dos marcos mais importantes foi a inclusão, a partir de 2006, do módulo “Outras formas de trabalho” na Grande Pesquisa Integrada de Lares (GEIH, na sigla em espanhol). Tal módulo recolhe informações sobre tarefas não remuneradas — como cozinhar, cuidar de crianças ou idosos, realizar trabalho comunitário e produção para autoconsumo —, refletindo um interesse crescente em integrar os cuidados como parte central da economia e da vida social. Assim, as perguntas não só quantificam horas, como abrem portas para compreender a complexidade do trabalho doméstico e comunitário que recai principalmente sobre as mulheres.

Em 2010, a Lei da Economia do Cuidado consolidou essa abordagem, exigindo a incorporação dessa economia nas contas nacionais e a criação da ENUT. A pesquisa ampliou o escopo e o detalhamento da análise, com cerca de 100 perguntas que incluem percepções sobre os papéis de gênero, e potencializou a articulação entre o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), os ministérios e a sociedade civil através da Comissão Intersectorial. Graças à pressão política, técnica e social, foram criados espaços permanentes de diálogo para monitorar os avanços e ajustar as políticas.

No âmbito institucional, o Conselho Nacional de Política Económica e Social (CONPES) n.º 161 de 2013 estabeleceu um plano de ação para promover a igualdade de gênero, abrangendo desde o acesso equitativo ao emprego e aos serviços sociais até a prevenção da violência de gênero e a promoção da liderança feminina. Esse documento lançou as bases para incorporar a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas e reforçar a coordenação institucional.

O DANE, por sua vez, criou em 2015 o Grupo Interno de Trabalho de Estatísticas de Gênero (GIT-EG), que alcançou avanços significativos, como a inclusão da perspectiva de gênero no Censo Nacional Agropecuario, a detecção de enviesamentos nas estatísticas tradicionais e a produção de pesquisas fundamentais sobre as disparidades de gênero e a economia dos cuidados. Hoje, esse grupo ampliou seu olhar para abordagens interseccionais, alargando o escopo e a profundidade da análise.

Por fim, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) desenvolveu instâncias fundamentais para a coordenação e modernização do sistema, como o Conselho Consultivo Técnico (CAsEN), o Comitê de Administração de Dados (CAD) e o quadro de governança da infraestrutura de dados definido em 2022. Embora tais espaços não se centrem exclusivamente no gênero, eles constituem oportunidades valiosas para fortalecer a produção, gestão e utilização de dados com uma perspectiva de gênero na Colômbia.

Esses passos apontam um caminho que combina desenvolvimento técnico, compromisso político e impulso social. Mas revelam também desafios pendentes para garantir que a informação com uma perspectiva de gênero não só seja produzida, mas também utilizada de forma eficaz para transformar realidades. Nesse sentido, o caso colombiano abre espaço para refletir sobre como a qualidade e a utilização dos dados podem ser ferramentas poderosas para a justiça social e econômica, um ponto de partida para a próxima discussão

sobre a importância dos dados na economia feminista na América Latina.

3.2.1 A inclusão de variáveis de etnia e raça

Na Colômbia, os dados começaram a abordar as questões de raça e etnia com maior clareza nos últimos anos. O país avançou na construção de um arcabouço institucional para reconhecer a existência e a diversidade, incluindo os seguintes grupos populacionais: 1) População negra, afro-colombiana, raizal e palenquera, 2) População cigana ou Rom, 3) Povos indígenas. O Censo Nacional de 2018 incluiu, pela primeira vez, perguntas específicas acordadas com as comunidades indígenas e contratou mais de três mil recenseadores indígenas. Foram também habilitados censos próprios e registros administrativos como fontes válidas para as estatísticas oficiais, reconhecendo assim as formas comunitárias de produzir informação.

Mas nem tudo foi sucesso: a queda de 30% no auto-reconhecimento afro em relação ao censo anterior mostrou os limites de uma estratégia que não conseguiu fortalecer a apropriação social dos dados. Ainda assim, o Plano Estatístico Nacional 2023–2027 retoma essa agenda e incorpora um eixo específico de fortalecimento étnico-racial, com ações concretas para melhorar os registros, as capacidades técnicas e a articulação institucional.

A Colômbia nos deixa uma lição: não basta perguntar de forma diferente, é também necessário criar as condições para que os dados étnicos tenham sentido, poder e agência nas mãos daqueles que, historicamente, foram medidos de fora para dentro.

3.3 Limites estruturais: do território para o olhar feminista

A implementação de diretrizes estatísticas com uma perspectiva de gênero no nível territorial enfrenta múltiplos obstáculos. Dentre eles, destacam-se as limitações organizacionais de muitas entidades públicas, tanto produtoras quanto utilizadoras de dados, e uma fraca articulação entre os níveis nacional e subnacional. O Sistema Estatístico Nacional colombiano é composto por mais de 1.100 entidades territoriais e 159 nacionais, o que exige o reforço das capacidades locais para adotar padrões e diretrizes comuns, incluindo a perspectiva de gênero.

De acordo com o Plano Estatístico Nacional 2023–2027, grande parte dos governos locais ainda não dispõe de ferramentas básicas para a gestão de dados: apenas 41% das entidades territoriais inquiridas possuem um inventário de registros administrativos e apenas 19% dispõem de um inven-

tário de operações estatísticas. Esta infraestrutura escassa limita o desenvolvimento de fontes complementares às pesquisas e recenseamentos nacionais, indispensáveis para uma produção de dados mais contextualizada e sensível ao gênero. Por isso, é crucial consolidar capacidades locais que garantam a geração e a utilização de registros administrativos com perspectiva de gênero.

Embora tenha havido avanços na integração da perspectiva de gênero em diferentes fases do ciclo estatístico, isso não garante transformações estruturais. A disponibilidade de dados sobre mulheres e meninas é um ponto de partida necessário, mas insuficiente. É necessário um enfoque feminista que questione não só que dados são produzidos, mas também quem os controla, para que fins são utilizados e em que contextos podem reproduzir desigualdades. Os dados não são neutros: eles costumam deixar de fora as populações historicamente excluídas e podem ser utilizados para reforçar discursos tecnocráticos desprovidos de políticas transformadoras. Daí a importância de formar capacidades analíticas críticas junto às pessoas que trabalham com estatísticas de gênero, capazes de ligar os dados aos conflitos reais da economia e da sociedade.

3.4 Desigualdades que não cabem no Excel: os desafios macroeconômicos

As estatísticas de gênero não só permitem ver o que antes era ignorado, como também convidam a questionar os modelos econômicos subjacentes às políticas públicas e a analisar os seus pressupostos mais profundos. Incorporar dados desagregados por gênero na análise macroeconômica revela com clareza como as políticas afetam de forma desigual a mulheres e homens, e permite identificar disparidades persistentes: no acesso ao trabalho e à renda, na distribuição do tempo, na car-

ga dos cuidados, no acesso ao crédito e aos recursos produtivos, na pobreza e na informalidade.

Mas não se trata apenas de contar. Trata-se de rever a forma como a economia tem sido concebida e medida. A forma como se mede a riqueza é uma expressão das relações de poder. Porque quando o trabalho das mulheres aparece fragmentado, precarizado ou simplesmente omitido, o que fica distorcido não é apenas a estatística: é toda a estrutura da análise econômica. A invisibilização destas contribuições altera as decisões sobre investimento, despesas e impostos. E sem um olhar crítico, os dados podem ser cúmplices das desigualdades que dizem querer combater.

Em muitos países, as ENUT têm servido para elaborar estimativas ou contas satélite que quantificam a contribuição dos cuidados para o PIB. No quadro seguinte, observam-se alguns resultados, como, por exemplo, o da Argentina: se fosse atribuído um valor monetário aos cuidados não remunerados, sua contribuição seria de 16,8%. No Uruguai, este valor chega a 22,9%. Na Colômbia, a 20,4%.

As políticas macroeconômicas não podem se limitar a melhorar a “focalização” do gasto. Elas têm de repensar o sistema de financiamento: como se arrecada, quem paga e quem sonega. As isenções fiscais, os fluxos internacionais de capital e as estratégias de evasão devem fazer parte do debate sobre a sustentabilidade fiscal, mas também sobre a justiça de gênero. Garantir os direitos das mulheres exige recursos públicos, e isso implica discutir seriamente o regime tributário, a estrutura produtiva e a distribuição do valor agregado.

Investir em dados desagregados por gênero é um ponto de partida. Mas para que esses dados se transformem em poder transformador, são necessárias decisões políticas. Só com uma abordagem econômica feminista, crítica e integral, será possível

Tabela 1. Programa Desenrola Brasil – Estatísticas Descritivas por Tipo de Programa

Países	% de contribuição dos cuidados no PIB
Argentina	16,9
Colômbia	20,4
Costa Rica	15,7
Equador	15,2
El Salvador	21,3
Guatemala	18,8
México	24,2
Peru	20,4
Uruguai	22,9

Fonte: Elaboração própria com base em Vaca Trigo (2018) e DNEIG (2021)

construir modelos mais justos, que não reproduzam as desigualdades, mas que as enfrentem. E é aí que os Orçamentos Sensíveis ao Gênero desempenham um papel fundamental: porque é no orçamento que as decisões se transformam em recursos, onde as prioridades são — ou deixam de ser — financiadas e onde se põe à prova o compromisso real com a igualdade. Sem orçamentos que incorporem a abordagem de gênero, a estatística para no diagnóstico e a política pública, na promessa.

4. ARGENTINA: Orçamentos em disputa, direitos em jogo⁶

Até agora, falamos do papel fundamental dos cuidados e de como os dados e os indicadores são ferramentas poderosas para avançar. Agora é a vez de falar daquilo que muitos e muitas evitam: dinheiro. Porque sem orçamento não há política pública. Para reduzir as disparidades de gênero, é fundamental compreender que a política fiscal não é neutra e que, muitas vezes, ela acaba por perpetuar as desigualdades existentes. Incorporar a perspectiva de gênero na fiscalidade implica analisar em detalhe essas diferenças, tornar visível o que costuma ficar invisível e conceber soluções concretas. É aqui que o Orçamento Sensível ao Gênero (OSG) desempenha um papel central: não é apenas um trâmite administrativo, mas sim a ferramenta que traduz os objetivos feministas em dotações concretas no âmbito do planejamento estatal. Elaborar um OSG implica muito mais do que uma metodologia: pressupõe construir diagnósticos sólidos, reformular políticas, monitorar resultados, fortalecer as instituições responsáveis, estabelecer normas claras e, claro, garantir a alocação efetiva de recursos para que a igualdade deixe de ser um ideal e se torne realidade. Ou seja, disputar o dinheiro público.

Um OSG é, em essência, uma ferramenta de gestão pública feminista que desempenha um papel fundamental na tomada de decisões sobre a gestão do dinheiro público. Mas vai além disso: promove inovações para o Estado, como a coleta sistemática de dados, a construção de indicadores, a melhoria de processos administrativos e o diagnóstico e monitoramento de políticas públicas. Implementar um OSG também implica abrir debates sobre quais objetivos o Estado possui em

relação à agenda de mulheres e diversidades, repensar como as políticas são elaboradas para torná-las mais inclusivas e equitativas, e incentivar a liderança de pessoas que normalmente são excluídas dos espaços de decisão. A seguir, apresentamos o caso da Argentina.

4.1. A igualdade também é orçada

Os orçamentos públicos são a principal ferramenta para definir as prioridades econômicas e sociais de um governo. Incorporar a perspectiva de gênero não é apenas uma questão técnica, mas uma forma de fazer política que reconhece que a desigualdade é estrutural e que exige respostas estruturais. Na Argentina, esse projeto foi liderado pela Direção Nacional de Economia, Igualdade e Gênero (DNEIG), vinculada ao Ministério da Economia. Essa direção foi criada especificamente como resultado do avanço dos feminismos no debate público, e sua localização dentro do Ministério da Economia — a instituição responsável pela elaboração do Orçamento Nacional — foi fundamental para conquistar um espaço na mesa de trabalho e garantir a continuidade necessária para que esses processos façam parte do dia a dia. Historicamente, as áreas de Economia, Finanças ou Fazenda foram majoritariamente masculinas⁷, o que dificulta as transformações profundas, principalmente em leis tão cruciais como a Lei de Orçamento. Por isso, não basta apenas aplaudir de fora: é preciso entrar na sala onde se decide, falar a linguagem técnica, e brigar por cada rubrica.

A metodologia para implementar o OSG foi bastante padrão. Trata-se da “etiquetagem”⁸: identificar e marcar programas que contribuem para reduzir desigualdades de gênero, a fim de destinar a eles verbas específicas. Por exemplo, investimentos em infraestrutura de cuidado ou políticas que incentivam a inserção feminina em setores tradicionalmente masculinizados, como energia, tecnologia ou construção civil. Para isso, primeiro foram definidos indicadores capazes de captar as principais desigualdades — diferenças de renda, participação no mercado de trabalho, segregação horizontal, acesso a espaços de decisão, entre outras — e as políticas foram avaliadas para verificar quais possuem impacto positivo nessas áreas.

⁶ Este ponto retoma e sintetiza o trabalho original do “Informe de Diagnóstico y Recomendaciones para Políticas Económicas con Enfoque de Género y Raza en América Latina: Presupuesto con Perspectiva de género - Una herramienta de gestión feminista”, realizado por Mercedes D'Alessandro, no contexto do projeto Macrofeministas Latinoamericanas (D'Alessandro, 2025). A edição foi realizada para este documento, conservando o espírito do texto original, mas incorporando adaptações e desenvolvimentos que vinculam o caso com os demais trabalhos expostos.

⁷ Na Argentina, desde o retorno à democracia em 1983, só duas mulheres ocuparam o cargo de ministra da Economia, enquanto por volta de 20 homens, alguns em mais de uma oportunidade, desempenharam esse papel.

⁸ Também chamado de tagging, como em inglês (N.T.).

Desse modo, como foi mostrado no caso da Colômbia, a disponibilidade de dados e a sistematização de indicadores são fundamentais para avaliar se uma política pública contribui para colocar homens e mulheres em condições de igualdade e, inclusive, diferentes grupos de mulheres e/ou diversidades. Por exemplo, partindo da premissa de que as mulheres dedicam mais do que o dobro do tempo dos homens às tarefas de cuidado (dado obtido a partir da análise da Pesquisa de Uso do Tempo da Argentina), observam-se assimetrias nas oportunidades de trabalho entre uns e outros — algo que pode ser verificado nos indicadores laborais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC). Assim, o investimento em creches e escolas infantis é uma política que contribui para reduzir essa desigualdade de tempo, pois disponibiliza espaços de cuidado que liberam horas, sobretudo para as mulheres, que podem ser aproveitadas para estudar, buscar qualificação, trabalhar, procurar emprego ou até mesmo ter tempo livre. Redistribuir o tempo exige infraestrutura concreta: sem creches, não há igualdade. E, sem investimento, o tempo livre continua sendo um privilégio de classe. Ao mesmo tempo, isso melhora o cuidado das infâncias. As verbas orçamentárias destinadas a esse tipo de obra são “etiquetadas” e passam a integrar o OSG.

Na primeira fase de construção do OSG, o trabalho foi realizado de maneira bastante “artesanal”. Ou seja, a partir da leitura do orçamento, foram sendo identificadas políticas que cumpriam os requisitos estabelecidos; em seguida, procedeu-se à sua etiquetagem e, depois, uma vez analisadas caso a caso, elas foram incorporadas ao circuito de coleta de informações orçamentárias, de modo a permitir sua automatização. Em uma segunda fase, com essas informações mais sistematizadas, foi possível identificar novas políticas, promover o redesenho de algumas delas e até contribuir para

decisões relacionadas à orientação dos auxílios implementados durante a pandemia da COVID-19.

Foi assim que, na primeira apresentação do OSG na Argentina, obtiveram-se os seguintes resultados (DNEIG, 2021):

- Foram identificadas 55 atividades programáticas que reduzem brechas de desigualdade
- Essas atividades correspondiam a 22 organismos, que funcionam em 14 Ministérios da Administração Pública Nacional (APN).
- O montante identificado como OSG chegou a 1,3 trilhões de pesos, o que equivalia a 15,2% do Orçamento total e 3,4% do PIB.
- Entre os organismos com maior peso destaca-se a participação da Administração Nacional da Seguridade Social (ANSES) com 86,2% do OSG.
- O Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade (MINGEN), por sua vez, apresentou uma porção ínfima do OSG total (menos de 1%).

A incorporação do OSG também implica inovar na gestão pública, exigindo a produção de novos dados, a transformação de processos administrativos e a capacitação de equipes técnicas em diferentes áreas do Estado. Foram realizados cursos e treinamentos para as equipes técnicas de diversos órgãos públicos, com o objetivo de fortalecer suas capacidades para implementar e monitorar o OSG. Além disso, foi criada uma plataforma institucional na web que permitia visualizar, em tempo real, a execução orçamentária, contribuindo significativamente para a transparência e facilitando que a sociedade civil acompanhasse de perto como os recursos públicos são destinados e utilizados. Essa ferramenta foi fundamental para garantir um monitoramento aberto e uma efetiva prestação de contas.

Tabela 2: OSGs no mundo

América	África	Europa Ásia Oceania
Canadá México Equador Costa Rica Nicarágua Venezuela Guatemala Belize Trinidad e Tobago Honduras Rep. Dominicana Panamá El Salvador Colômbia Peru Bolívia Brasil Argentina Paraguai Uruguai Chile	Uganda Ruanda Botswana África do Sul Tanzânia Benin Camarões Etiópia Gâmbia Mali Maurício Moçambique Nigéria Senegal Zimbábue Marrocos Egito Benin	Áustria Israel Austrália Bélgica Coreia Samoa Finlândia Japão Fiji Islândia Índia Ilhas Marshall Holanda Armênia Ilhas de Salomão Noruega Barein Espanha Jordânia Suécia Cazaquistão Irlanda Afeganistão Albânia Jordânia Macedônia Filipinas Ucrânia Líbano Escócia Timor Leste França Bangladesh Butão Indonésia Malásia Mongólia Nepal Paquistão Tailândia Vietnam Sri Lanka

Fonte: Direção Nacional de Economia, Igualdade e Gênero. Ministério da Economia da Argentina (2022).

4.2. A disputa pelo orçamento também é política

A parte técnica não basta. O OSG só alcança seu verdadeiro sentido quando se torna uma ferramenta para disputar recursos concretos. Sem um compromisso político real que traduza a igualdade em dotações orçamentárias efetivas, o OSG perde seu poder transformador e se reduz a um exercício simbólico — uma metodologia útil para medir, mas incapaz de reduzir desigualdades. Quando há vontade política, redes de apoio e formação feminista dentro do Estado, o OSG pode vir a ser um instrumento fundamental de redistribuição. Foi o que aconteceu na Argentina, onde o impulso ao OSG contou com o apoio de redes de mulheres em cargos de autoridade, como o grupo *Mujeres Gobernando*, que conseguiu levar essa agenda para além das áreas específicas de gênero. Também foi criada uma Comissão Federal com mulheres responsáveis por áreas econômicas provinciais — Economia,

Fazenda e Finanças — que trabalharam tanto no fortalecimento técnico quanto na construção de consensos políticos para sustentar o processo.⁹

Essa articulação permitiu que o número de províncias com experiências de OSG crescesse de 8 para 18, evidenciando uma expansão territorial acompanhada pelo fortalecimento de lideranças locais. Paralelamente, parlamentares — vereadoras, deputadas e senadoras — e organizações feministas da sociedade civil desempenharam um papel central ao impulsionar essa agenda no Congresso, nos territórios e na mídia.

Levar adiante o OSG não significou apenas implementar uma metodologia, mas avançar em uma transformação profunda: afirmar que a economia não é neutra e que a desigualdade pode — e deve — ser corrigida pelo Estado. Conhecer a alocação orçamentária por meio do OSG estimulou de-

⁹ Assim como no nível nacional só houve duas mulheres ministras da Economia, no âmbito provincial a Comissão Federal contava com uma única mulher à frente do Ministério da Fazenda, na província de San Juan. No resto das províncias, embora houvesse mulheres em cargos hierárquicos com capacidade para impulsionar o projeto, as lideranças se encontravam em níveis inferiores como secretárias, subsecretárias ou direções.

bates para estabelecer objetivos mais ambiciosos. Por exemplo, durante a pandemia, uma das políticas mais significativas foi a Renda Familiar de Emergência (IFE, na sigla em espanhol), que alcançou 8,9 milhões de donas de casa, pessoas em trabalhos informais ou desempregadas, sendo pago em três ocasiões. No entanto, as restrições sanitárias e o fechamento prolongado das escolas dificultaram especialmente o retorno ao trabalho para muitas mulheres. Por isso, o movimento feminista defendeu a ideia de manter o IFE por mais tempo, especificamente para os lares chefiados por mulheres com filhas e filhos, como forma de reconhecer e enfrentar essa desigualdade estrutural.

Essa tarefa foi possível graças à presença de economistas feministas dentro da equipe econômica e nos espaços em que eram discutidos o orçamento nacional e as políticas econômicas. São espaços que geralmente permanecem fechados a outras vozes e que exigem conhecimentos técnicos, mas também alianças políticas para serem sustentados. Sem o trabalho prévio de ativistas, ONGs e redes acadêmicas que colocaram o tema na agenda pública, esse avanço não teria sido possível. Em última instância, o orçamento também é disputado por meio da organização feminista.

Entretanto, com a chegada do governo de Javier Milei, a serra elétrica¹⁰ também chegou para o feminismo institucional: a DNEIG foi fechada, o MINGEN foi perdido hierarquia e foi apagado do orçamento tudo aquilo que custou anos construir. Não se trata apenas de ajuste ou austeridade: é um retrocesso político substancial. Os registros mantidos pela sociedade civil sobre o OSG evidenciam retrocessos significativos nas políticas de gênero durante os primeiros 18 meses de governo. Houve redução da cobertura do programa Acompañar e da linha 144, ambos voltados ao apoio a vítimas de violência de gênero; foram eliminados programas de educação sexual e reprodutiva; diminuiu o investimento em creches e espaços de cuidado; foi extinta a moratória previdenciária que permitia a aposentadoria de mulheres sem contribuições suficientes; entre outras medidas. Tudo indica que essa tendência não mudará no curto prazo.

4.3. As mulheres já não choram, as mulheres faturam?

Depois de analisar do que se trata o OSG, é fundamental voltar o olhar para o outro lado da balança: de onde vêm esses recursos. Falar de um novo pacto fiscal não significa apenas decidir

o destino dos gastos, mas também compreender quem financia a proteção social, a infraestrutura de cuidados e transferências como a *Asignación Universal por Hijo* (ou o Bolsa Família).

Na América Latina e no Caribe, a arrecadação tributária chega a apenas 21,3% do PIB, muito abaixo da média de 33,9% dos países da OCDE (OCDE, 2025). Além disso, os sistemas fiscais da região são regressivos e a evasão fiscal é elevada. Essa regressividade impacta de maneira desigual: por exemplo, mulheres pobres que destinam grande parte de sua renda à compra de alimentos e bens básicos pagam um imposto sobre valor agregado (IVA) que incide da mesma forma sobre ricos e pobres. Assim, enquanto uma mulher com renda limitada paga IVA em suas compras cotidianas, grandes empresas ou pessoas de alta renda conseguem isenções ou sonegam impostos.

As desigualdades estruturais de gênero implicam que as mulheres tenham menos renda e, por isso, um sistema tributário regressivo acaba penalizando-as ainda mais, aprofundando as desigualdades econômicas. As mulheres já não choram, mas continuam pagando: IVA, desigualdades, oportunidades perdidas e cortes. A igualdade também tem seu custo — e exige transformar quem decide, quem financia e quem se beneficia.

A riqueza, por sua vez, está extremamente masculinizada. Quando na Argentina foi estabelecida a Contribuição Solidária e Extraordinária das Grandes Fortunas¹¹ foram 10 mil os contribuintes a pagar. De cada quatro, três eram homens.

Juntamente com o OSG, foi criado na Argentina um Observatório de Impostos com Perspectiva de Gênero, que iniciou o trabalho de registrar esse tipo de situação. No entanto, as oscilações econômicas, as mudanças de prioridades e, por fim, a chegada de Milei interromperam esse processo, que também é central no debate: quem paga pela igualdade ou pela desigualdade.

Os principais eixos que poderiam ser abordados para transformar essa matriz que alimenta a desigualdade podem ser sintetizados em: a progressividade do sistema tributário (em que o IVA e o imposto sobre a riqueza são centrais), políticas tributárias para financiar ações climáticas ou a redução das desigualdades de gênero, os benefícios concedidos a grandes empresas ou setores concentrados (gastos tributários) e todos os tributos

¹⁰ Metáfora utilizada por Milei para falar do ajuste nas políticas públicas e os cortes no Estado, que incluem demissões de trabalhadores, privatização de empresas públicas e fechamento de entes estatais.

¹¹ Esse imposto foi cobrado uma única vez, como uma forma de financiar a resposta do governo à crise gerada pela pandemia.

capazes de moldar o desenvolvimento de novas formas de economias digitais, muitas das quais hoje se encontram em zonas cinzentas da legislação.

Por fim, combater a evasão fiscal é um compromisso político fundamental, que impacta diretamente a confiança da sociedade no Estado. As profundas desigualdades na América Latina não apenas tensionam a economia, mas também colocam em questão a própria democracia. Por isso, democratizar também significa abrir espaços de poder para as mulheres: garantir que elas estejam nos processos de decisão, que tenham voz e capacidade real de transformar essas dinâmicas.

4.4. Dados, dinheiro e poder: o que incomodou do OSG

Um dos desafios enfrentados pela experiência do OSG na Argentina foi o da narrativa. Em plena pandemia, setores com discursos abertamente antifeministas ganharam força. O OSG tornou-se alvo de ataques: afirmava-se que o governo destinava 3,4 pontos do PIB ao MINGEN, enquanto milhões de pessoas permaneciam sem auxílio. Isso era falso — esse ministério possuía o menor orçamento de toda a Administração Pública Nacional —, mas a confusão entre o OSG e o orçamento do MINGEN foi explorada para deslegitimar o Estado por meio de preconceitos já instalados.

A maioria dos Ministérios das Mulheres, Gêneros ou Igualdade na América Latina concentra seus recursos em políticas de combate à violência de gênero. No entanto, as experiências regionais mostram que, sem transversalização, as políticas não conseguem ir além dessa agenda. Ampliar seu alcance exige redes de mulheres em espaços de decisão, assim como vínculos sólidos com ONGs, entidades empresariais, sindicatos e movimentos sociais.

Por exemplo, na Argentina e no Chile — dois países com ministérios específicos, governos comprometidos e um movimento feminista ativo — os orçamentos dessas áreas não ultrapassavam 1% do total nacional. Essa defasagem entre a institucionalidade criada e os recursos destinados gera um abismo entre as expectativas e a real capacidade de ação.

Falar sobre OSG pode soar técnico, distante, burocrático. Mas muitos temas que antes eram considerados “técnicos” conseguiram chegar ao público graças a uma comunicação mais clara e próxima. As campanhas “libertárias” que utilizaram o OSG para atacar o feminismo expuseram uma necessidade urgente: explicar melhor o que ele é, para que serve, como é medido e por que deveria importar para a sociedade. Também evidenciaram que as pessoas responsáveis por sua implementação — em municípios, províncias e ministérios — precisam de mais ferramentas conceituais, dados e argumentos para disputar orçamento e poder.

As políticas de gênero podem parecer abstratas, mas são elas que transformam o Estado e canalizam demandas sociais. Por isso, é fundamental que os movimentos feministas incorporem em suas narrativas os debates sobre institucionalização e capitalizem os aprendizados obtidos nos espaços conquistados.

Outro obstáculo foi o limitado avanço legislativo: sem uma lei que consolidasse o OSG, sua institucionalidade ficou exposta às oscilações políticas. O governo Milei pôde desmontá-lo sem enfrentar custos políticos significativos. Também houve resistências internas, uma equipe técnica reduzida na DNEIG e o adiamento do eixo tributário. No plano político, surgiu uma tensão estrutural: muitas lideranças feministas passaram a ocupar cargos de gestão, o que — somado à desmobilização causada pela pandemia — enfraqueceu a pressão vinda das bases.

O resultado foi um avanço relevante, mas sem força coletiva suficiente para proteger as conquistas obtidas nem realizar a pedagogia necessária diante da sociedade.

Ainda assim, é preciso dizer com clareza: durante os anos de vigência do OSG, não houve um aumento significativo dos recursos destinados à redução das desigualdades de gênero. A ferramenta serviu para organizar, diagnosticar e estabelecer prioridades, mas nem sempre foi acompanhada do compromisso político e institucional necessário para transformar essas prioridades em investimento real. Em um contexto de ajuste fiscal e

Tabela 3: Porcentagem do orçamento do Ministério das Mulheres sobre o total na Argentina e no Chile

Países	% do Orçamento Ministério das Mulheres sobre o total
Argentina	0,24
Chile	0,10

Fonte: elaboração própria com base na informação oficial da Argentina e do Chile para 2022.

disputas internas, o OSG ficou preso entre a vontade técnica e a falta de decisão política. E, embora todo planejamento exija tempo, sem financiamento contínuo até mesmo a melhor ferramenta se torna apenas decorativa.

Essa dissociação entre discurso e recursos alimenta o cinismo social, enfraquece a confiança nas políticas de gênero e fortalece as narrativas antifeministas. Em última instância, o governo assumiu um compromisso excessivo com uma agenda na qual investiu pouco. Essa defasagem não foi neutra: acabou sendo funcional àqueles que buscam deslegitimá-la.

A experiência argentina abriu um debate profundo sobre a institucionalização do feminismo no Estado. O passo seguinte é questionar o poder: democratizar o Estado também significa disputar esses espaços. Implica, nada mais nada menos, que as mulheres estejam sentadas nos lugares onde as decisões são tomadas. Porque, sem nós nesses espaços, as ferramentas mudam pouco ou nada. E, sem decisão política vinda de dentro, o feminismo permanece nas margens.

5. CHILE: Não há políticas públicas feministas sem mulheres governando¹²

Se entendermos a dinâmica dos cuidados, também entenderemos por que, para muitas mulheres, o acesso aos espaços de poder continua sendo uma corrida com obstáculos. Não se trata apenas de vontade ou formação, mas de tempo disponível para participar, de redes de apoio e de condições materiais. Enquanto o cuidado continuar recaindo de maneira desproporcional sobre os ombros femininos, será difícil que as mulheres cheguem — e permaneçam — nos lugares onde as decisões são tomadas.

A liderança política continua sendo um território em disputa, sobretudo quando se trata de impulsionar agendas transformadoras e não apenas ocupar um cargo. A representação de mulheres negras e indígenas, embora tenha conseguido avançar, também enfrenta barreiras que revelam que o racismo estrutural não ficou no século passado.

Há avanços, mas ainda insuficientes: a representação real não se esgota em uma lei de paridade nem em uma foto institucional, mas se concretiza na possibilidade efetiva de elaborar

políticas que transformem a vida das pessoas. E, para isso, precisamos de mais vozes, mais democratização do poder e muito mais feminismo em todas as decisões.

Por isso, abordamos aqui os avanços que o Chile alcançou — desde as cotas de gênero no Congresso até as cadeiras reservadas para povos originários na Convenção Constitucional e um gabinete presidencial com ampla presença de mulheres —, assim como as resistências que continuam atuando, muitas vezes de forma dissimulada, para limitar o impacto dessas transformações. Porque não basta estar presente: é preciso ter poder para mudar as coisas.

Na análise de como a perspectiva de gênero vem sendo incorporada à legislação e às políticas públicas, a realidade é clara: observa-se uma maior presença de mulheres no Congresso e em cargos ministeriais, assim como políticas inovadoras, como a Política Externa Feminista e os Orçamentos Sensíveis ao Gênero. No entanto, as barreiras estruturais continuam presentes e, se não forem enfrentadas, muitos avanços correm o risco de ser perdidos.

5.1. Chile feminista: quando as ruas empurram a transformação

O Chile percorreu um longo caminho em sua luta contra as desigualdades de gênero. Desde o retorno à democracia, em 1990, o país implementou uma série de reformas econômicas e sociais destinadas a reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida. A maioria dos governos entre 1990 e 2022 foi liderada por presidentes e uma presidenta de centro e centro-esquerda (com exceção de dois governos liderados pela direita chilena), que promoveram reformas econômicas de caráter social-democrata. No entanto, esses avanços ocorreram de forma gradual, dentro de um molde neoliberal e em um contexto fortemente condicionado pela privatização dos direitos sociais instaurada durante a ditadura.

Tudo mudou em 2018 com a chamada “Revolução Feminista”: milhares de mulheres ocuparam as ruas, denunciaram violências, desigualdades e exclusão, e colocaram o feminismo no centro da agenda pública. Um ano depois, a explosão social ampliou as reivindicações: não se tratava apenas de gênero, mas de todo um modelo de país que estava sendo questionado. Nesse con-

¹² Este ponto retoma e sintetiza o trabalho original do “Informe de Diagnóstico y Recomendaciones para Políticas Económicas con Enfoque de Género y Raza en América Latina: Análisis de la Materialización de la Representatividad Política en la Legislación Chilena, Políticas Fiscales, Políticas Tributarias y Otras Políticas”, realizado por Carolina Molinare e Lican Martínez Rubio, no contexto do projeto Macrofeministas Latinoamericanas (Molinare; Rubio, 2025). A edição foi realizada para este documento, conservando o espírito do texto original, mas incorporando adaptações e desenvolvimentos próprios.

texto, abriu-se um processo constituinte histórico: a assembleia, composta de forma paritária por 155 membros e incluindo 17 cadeiras reservadas para povos indígenas, foi um exemplo inédito de participação democrática. Mas a proposta foi rejeitada em 2022 e, com ela, dissipou-se a chance de fundar um novo contrato social com perspectiva feminista. Paralelamente, a pandemia expôs de maneira contundente aquilo que muitas já sabiam: que as mulheres pobres, indígenas e trabalhadoras informais carregam o país nos ombros e que, sem políticas públicas concretas, tudo desmorona. A criação do Ministério da Mulher, a Lei de Cotas e o recente Orçamento Sensível ao Gênero são avanços. O mesmo vale para leis como a Lei de Responsabilidade Parental e Pagamento Efetivo de Pensões Alimentícias, popularmente conhecida como “Lei Papito Corazón”. O governo de Gabriel Boric chegou com fortes promessas de igualdade e com jovens ocupando posições centrais de liderança — uma renovação geracional e ideológica necessária. No entanto, a recuperação econômica pós-pandemia continuou desigual, e as desigualdades de gênero seguem afetando tanto a representação política quanto o acesso a recursos e oportunidades.

O que o Chile ensina é claro: sem feminismo nas ruas, não há reformas; sem feminismo nas leis, não há garantias; e sem feminismo no orçamento, tudo fica apenas nas palavras.

5.2. Quando as mulheres chegam no governo

Em toda a história da América Latina, apenas 14 mulheres chegaram à presidência de seus países. A presidenta chilena Michelle Bachelet foi uma delas — e o fez duas vezes. Em seu primeiro mandato (2006), apresentou um gabinete com 8 ministras em 19 cargos (42%). Não foi apenas um número: o gesto de subir ao palco com mulheres à frente de áreas como Energia, Cultura, Meio Ambiente e o Serviço Nacional da Mulher marcou um sinal político claro. Em seu segundo mandato (2014), voltou a tentar: dessa vez com 9 ministras em 23 cargos (39%). De certa forma, estabeleceu um patamar mínimo em algo que não é regra nos demais países da região, onde ainda é difícil encontrar mulheres nas primeiras fileiras dos governos.

Por sua vez, o primeiro gabinete do primeiro governo do presidente Sebastián Piñera (2010) foi composto por 6 ministras (32%) e 13 ministros. Já no segundo governo, em 2018, o gabinete inicial contava com 7 ministras (30%) e 16 ministros. Somente em 2022, com Gabriel Boric, rompeu-se essa inércia. Pela primeira vez na história chilena, um presidente formou um gabinete com maioria feminina: 14 ministras (58%) em 24 cargos. Além

disso, colocou uma mulher à frente do Ministério do Interior — uma decisão sem precedentes — e redefiniu o centro nevrálgico do poder: retirou o Ministério do Desenvolvimento Social do comitê político e o substituiu pelo Ministério da Mulher e da Equidade de Gênero.

O chamado “governo feminista” apresentou ainda outras características. Um dos movimentos mais relevantes foi institucionalizar a presença de assessoras de gênero em todos os ministérios. Embora essa figura já existisse, atualmente essas assessoras desempenham um papel político, têm espaço nos gabinetes e integram uma rede de articulação coordenada pelo Ministério da Mulher. Sua tarefa não é pequena: fazer cumprir a agenda de gênero presidencial, acompanhar politicamente as autoridades e transformar, por dentro, estruturas ainda marcadas pela desigualdade. Ainda assim, sua eficácia continua dependendo do espaço concedido por quem ocupa a chefia dos ministérios. A política feminista também se disputa nas tensões do cotidiano, na disputa pela cadeira, pelo tempo e pela palavra.

Um caso paradigmático é o da Chancelaria. Tradicionalmente, um bastião masculino e conservador. Em 2023, o Chile se tornou o primeiro país da América do Sul a adotar uma Política Externa Feminista. A subsecretária Gloria de la Fuente liderou essa mudança, alinhando o Chile a países como França, Canadá, Espanha e México. O objetivo: transversalizar a perspectiva de gênero em todas as relações internacionais do país, eliminando as barreiras que impedem a autonomia de mulheres e meninas.

No Congresso chileno, os avanços não ocorreram por vontade espontânea, mas impulsionados pelas cotas de gênero. Em 2013, as mulheres ocupavam apenas 15,8% da Câmara dos Deputados e 20% do Senado: a política continuava sendo um clube masculino, fechado e blindado. A participação feminina crescia muito lentamente e sem regras que obrigassem os partidos a abrir espaço em suas listas. Tudo mudou em 2015, quando foi aprovada a Lei 20.840. Essa norma não apenas desmontou o sistema binominal, mas também introduziu uma cláusula fundamental: nenhum sexo poderia superar 60% das candidaturas apresentadas por cada partido.

Uma medida temporária – válida até 2029 – que se tornou um ponto de inflexão. Até então, a representação feminina havia passado de apenas 5% para 15% entre 1990 e 2013: um quarto de século para ganhar dez pontos percentuais. Com as cotas,

Tabela 4: Desigualdades de gênero no poder executivo e legislativo mundial

Indicador	Situação mundial	Observações
Ministérios da Economia liderados por mulheres	19%	As equipes econômicas continuam altamente masculinizadas
Assentos ocupados por mulheres nos parlamentos	27%	A paridade política ainda está longe de ser alcançada

Fonte: UN Woman (2025)

porém, as eleições de 2017 e 2021 marcaram um salto histórico: em pouco mais de uma década, o número de mulheres no Congresso dobrou. A Lei 20.840 transformou-se em um marco da democracia paritária no Chile: obrigou os partidos a abrir espaço para novas vozes e representações. Ainda assim, o retrato continua incompleto: hoje, elas representam cerca de um quarto do Parlamento, prova de que o caminho rumo a uma política verdadeiramente representativa ainda está longe de ser concluído.

Por fim, um dos momentos mais transformadores da história recente do Chile foi a inclusão de cadeiras reservadas para povos indígenas na Convenção Constitucional de 2021. Pela primeira vez, 17 representantes de nações originárias – mapuche, aimará, quéchua e outras – ocuparam um espaço institucional na redação das regras do país. Não como convidados simbólicos, mas como atores políticos com voz e voto.

Embora o texto constitucional tenha sido rejeitado em 2022, o gesto foi histórico: por seu conteúdo, pelo reconhecimento político e por sua forma. A Convenção não apenas abriu espaço para a diversidade étnica e cultural, mas também para lideranças que encarnam lutas múltiplas, como a de Elisa Loncon, acadêmica mapuche que presidiu a Convenção e colocou em cena uma outra forma de fazer política: feminista, indígena e coletiva. A inclusão dessas cadeiras reservadas estabeleceu um precedente incontornável.

5.3. O patriarcado é um juiz... mas as mulheres também escrevem direitos¹³

Quando as mulheres chegam nos espaços onde as regras do jogo são definidas, as prioridades mudam. O que antes era considerado “assunto privado” — o aborto, a dívida de pensão alimentícia, as violências — transforma-se em agenda pública e em política de Estado. No Chile, o avanço das mulheres em cargos institucionais, impulsionado por reformas como a Lei de Cotas, desencadeou uma mudança histórica.

Duas leis emblemáticas demonstram isso: a legalização do aborto em três circunstâncias causais e o novo regime de cobrança efetiva de pensões alimentícias. Nenhuma dessas conquistas teria sido possível sem a presença ativa, estratégica e corajosa de mulheres no Congresso, no Executivo e nos movimentos sociais. Não é coincidência: quando o feminismo entra na política, a justiça deixa de ser uma promessa distante e começa a ter números concretos.

Aborto em 3 circunstâncias causais. Lei Nº 21.030:

Essa lei não caiu do céu. Ela foi resultado de anos de luta e de condições políticas excepcionais. Após 27 anos de silêncio e negação, o aborto por três causas — estupro, inviabilidade fetal e risco de vida para a mãe — conseguiu avançar em um país onde a Igreja ainda impunha sua agenda moral com mão de ferro. O impulso político veio de uma mulher presidenta, Michelle Bachelet, que já havia aberto o debate, mas não contava com apoio suficiente. A virada decisiva chegou com a Lei de Cotas de 2017, que colocou mais mulheres no Congresso, onde essas vozes fizeram a diferença. Além disso, um bloco inesperado da Democracia Cristã — que normalmente atua ao lado da direita conservadora — apoiou a lei, juntamente com uma parlamentar de direita que ousou romper a disciplina partidária e votar a favor dos direitos das mulheres. Esse voto corajoso expõe aquilo que sempre está em disputa: o poder e a pressão para manter o status quo ou avançar rumo à justiça real.

Pagamento efetivo de pensões alimentícias. Lei Nº 21.484:

¹³ Em homenagem à canção de Las Tesis: https://www.youtube.com/watch?v=aB7r6hdo3W4&ab_channel=ColectivoRegistroCallejero

O drama das pensões alimentícias não pagas afeta milhares de famílias e perpetua a pobreza feminina e a vulnerabilidade infantil. Em 2021 e 2022, o Chile reforçou o controle com um Registro Nacional de Devedores e mecanismos legais mais rígidos para cobrar essas dívidas. O Estado agora tem a responsabilidade ativa de rastrear o dinheiro escondido em contas bancárias ou investimentos, para que as pessoas devedoras não continuem fugindo de suas obrigações.

Entre maio de 2023 e maio de 2024, os tribunais ordenaram pagamentos superiores a 830 bilhões de pesos, recuperando mais de 318 bilhões, em um sistema que finalmente começa a fazer justiça à dignidade das vítimas – as crianças que não recebem aquilo de que necessitam. E também das mães que empobrecem enquanto colocam dinheiro e cuidados para sustentar seus lares.

As conquistas feministas no Chile não são anedotas nem exceções. Elas são prova de que a política pode ser outra coisa quando se enche de outras vozes. De que o Estado pode deixar de olhar para o outro lado quando a desigualdade se escreve com nome e sobrenome. E de que a justiça, para deixar de ser um privilégio, precisa de mais mulheres tomando decisões – com convicção, estratégia e sem pedir licença por aquilo que nos pertence.

5.4. Não é uma performance: é um programa político

A experiência chilena confirma algo que os feminismos sabem há muito tempo: a igualdade não se proclama, se constrói. As leis de cotas são uma ferramenta necessária para abrir as portas de entrada aos espaços de poder, mas, sozinhas, não bastam. Se não forem consolidadas por políticas complementares – lideranças formadas, financiamento equitativo, respaldo institucional e redes feministas dentro do Estado –, as mulheres entram, mas não permanecem. Ou, pior ainda: entram para sustentar o mesmo sistema que as excluiu. As cotas mudam o “quem”, mas nem sempre o “como” nem o “para quê”. Por isso, avançar em direção a uma participação substantiva implica muito mais do que sentar à mesa: significa mudar a pauta, alterar a distribuição dos recursos e desafiar as hierarquias que naturalizam que uns mandem e outras cuidem.

O fortalecimento de uma institucionalidade de gênero robusta, com ministérios especializados, dados e indicadores para diagnóstico e produção de

evidências, transversalização nas políticas públicas e Orçamentos Sensíveis ao Gênero, é fundamental para sustentar avanços mesmo quando os ventos políticos sopram em sentido contrário. Além disso, alianças feministas transversais – como as bancadas de mulheres – demonstraram que, quando se atua em bloco, é possível mover estruturas. O aborto legal em três circunstâncias e a lei de pensões alimentícias no Chile não foram concessões, mas resultados de uma estratégia política contínua que articulou ruas, Congresso e Executivo.

Mas não há transformação real sem uma perspectiva interseccional. Se o feminismo institucional não incorporar as vozes de mulheres indígenas, afrodescendentes, rurais e de setores populares, ele se transformará em uma versão maquiada do poder hegemônico. A resistência enfrentada pelas políticas pró-indígenas no Chile mostra isso com clareza: não basta ocupar espaços se não se colocar em disputa o modelo econômico e político que exclui sistematicamente aqueles que defendem outras formas de habitar, produzir e decidir. Em última instância, o caso chileno ensina que acesso sem redistribuição é cooptação. Que representação sem transformação é marketing. E que um feminismo que não incomoda os poderes estabelecidos não está fazendo bem o seu trabalho.

6. As veias abertas do patriarcado na América Latina

A América Latina é uma região historicamente marcada pela desigualdade, pela exploração de seus recursos e pelo saque de seus territórios. Durante séculos, as mulheres – especialmente as mais pobres, racializadas e indígenas – sustentaram a vida enquanto eram excluídas do poder, do dinheiro e das decisões. No entanto, nas últimas décadas, isso começou a mudar com mais força: as lutas feministas irromperam nas ruas e também no seio dos Estados. Por isso, ao longo deste documento mostramos como os cuidados passaram a integrar a gestão pública, como os dados e os orçamentos se tornaram ferramentas de transformação e como a participação das mulheres em espaços de poder alterou – ainda que de forma parcial – as regras de um sistema que não foi desenhado para nós. Todos esses elementos são constitutivos do projeto de uma Economia Feminista latino-americana. Ainda que a própria Economia Feminista tenha profundos debates teóricos, essas ferramentas fazem parte de uma construção coletiva. A Economia Feminista não é uma agenda abstrata, escrita de fora, mas algo que hoje está encontrando suas formas institucionais e, nelas, explorando seus limites e suas potências.

O que foi exposto aqui reúne apenas alguns casos e experiências, mas as contribuições da Economia Feminista são muito mais amplas: abrangem desde os debates sobre a dívida e o impacto distributivo da política monetária até a construção de políticas como a cota de emprego para pessoas travestis e trans. Essa diversidade faz parte de sua riqueza e da potência transformadora desse campo.

As narrativas econômicas dos últimos tempos oscilaram entre uma defesa cerrada do Estado – especialmente durante a pandemia, pelo papel que desempenhou ao conter o impacto das crises – e um ressurgimento do neoliberalismo econômico, em direitas ainda mais extremas. No calor desse momento tão traumático, em que as desigualdades apenas se ampliaram, cresceram as vozes individualistas, anti-direitos, negacionistas das mudanças climáticas e hostis aos movimentos de mulheres e trabalhadores. O Estado é hoje um território em disputa. Por isso, o desafio de impulsionar um novo pacto fiscal, uma macroeconomia feminista, é um caminho que implica incorporar as diversas dimensões que revisamos, levando em conta o contexto no qual estamos inseridas. Nesse sentido, os feminismos latino-americanos contribuem com novas narrativas em que os cuidados, a igualdade e a justiça social ocupam o centro da cena. Ainda assim, sabemos que é necessária muita pedagogia, clareza e, sobretudo, capacidade de demonstrar que essas transformações não são apenas necessárias, mas também capazes de trazer a prosperidade e a justiça que tanto desejamos.

Das experiências apresentadas surgem perguntas fundamentais que perpassam o desafio de avançar rumo à igualdade em nossos contextos: como financiar políticas redistributivas com perspectiva de gênero quando as restrições fiscais apertam e os recursos são limitados? Como enfrentar os discursos de ajuste e austeridade? Como vimos, os cortes apenas aprofundam as desigualdades sociais e reforçam as estruturas econômicas excludentes. Como construir pactos sociais feministas que resistam aos ataques de governos conservadores? Blindar as conquistas alcançadas – muitas vezes frágeis – implica pensar em estratégias que transcendam os ciclos eleitorais e fortaleçam a institucionalidade de gênero.

Quais aprendizados a institucionalidade feminista oferece? Nesse sentido, quais alianças políticas, sociais e territoriais são indispensáveis para sustentar essas agendas e ampliar seus impactos? Essas perguntas evidenciam a urgência de uma perspectiva integral, que combine produ-

ção de conhecimento, recursos, poder político e a força dos movimentos sociais para avançar em direção a uma igualdade real e duradoura.

A experiência nos mostra que a resposta não pode estar em receitas isoladas. É necessário impulsionar a produção e a gestão de dados com perspectiva de gênero, fortalecer a institucionalidade feminista nos Estados e garantir orçamentos transparentes e redistributivos. O Estado, como se sabe, tem um papel fundamental para liderar essa transformação e demonstrar que o investimento público em igualdade não é um gasto, mas uma base para um desenvolvimento sustentável, justo e democrático. No entanto, na região, apenas pouco mais da metade dos países conta com ministérios das mulheres ou de gênero, e esses geralmente se limitam ao enfrentamento da violência, sem influência real sobre as grandes decisões econômicas e políticas. A representação de mulheres em áreas-chave como Fazenda ou Economia ainda é minoritária.

Para que a Economia Feminista deixe de ser uma mera declaração ou uma frase usada para causar boa impressão em discursos institucionais, ela precisa se transformar em uma diretriz que atravesse todas as políticas públicas. Não bastam menções simbólicas nem medidas isoladas diante do backlash conservador: é necessário que haja decisão política para impulsionar uma transformação estrutural. Isso implica assumir uma perspectiva interseccional que considere não apenas o gênero, mas também raça, território, classe e identidades dissidentes. Na América Latina, reduzir as desigualdades de gênero significa abrir os orçamentos, disputar poder e reconfigurar prioridades. Trata-se de um chamado urgente para priorizar a vida e a justiça.

Como diz Alma Espino, a economia feminista desorganiza o tabuleiro do capitalismo porque vem questionar aquilo que é assumido como uma ordem natural. E nós, economistas feministas da América Latina, seguimos nos formando junto às nossas companheiras nas cozinhas comunitárias, nos espaços de cuidado, buscando alternativas para aquelas cujo dia não é suficiente para enfrentar a sobrecarga do cuidado e ainda buscar uma renda. Escrevemos, debatemos, nos organizamos. Lutamos contra a violência machista, por nossos direitos sociais e reprodutivos, por uma participação maior e melhor nos espaços de decisão. Trabalhamos lado a lado para encontrar alternativas sustentáveis, que nos incluam, que impulsionem nosso potencial e que nos permitam criar esse futuro que ainda nos devem. Um futuro

em que a economia não seja apenas para poucos, mas para todos e todas. Em que cuidar não condene à pobreza. Em que o desenvolvimento não seja medido apenas em pontos do PIB, mas em vidas dignas. Em que as mulheres decidam, governem e transformem. Porque, se não for conosco, não é desenvolvi-

mento. E, se não for feminista, não é justiça social.

Tabela 5: Instituições de maior hierarquia no Poder Executivo

Indicador	Organismo
Antigua y Barbuda	Directorate of Gender Affairs at the Ministry of Health, Wellness, Social Transformation & The Environment
Argentina	sem informação
Bahamas	Gender and Family Affairs at the Ministry of Social Services, Information and Broadcasting.
Barbados	sem informação
Belize	sem informação
Bolívia	sem informação
Brasil	Ministério das Mulheres
Chile	Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género
Colômbia	Vice Ministerio de las Mujeres en el Ministerio de la Igualdad y Equidad
Costa Rica	Ministerio de la Condición de la Mujer
Cuba	Federación de Mujeres Cubanas
Dominica	sem informação
Equador	Ministerio de la Mujer y Derechos Humanos
El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer
Granada	Ministry of Social & Community Development, Housing and Gender Affairs
Guatemala	Secretaría Presidencial de la Mujer
Guiana	Gender affairs at the Ministry of Human Services and Social Security
Haiti	Ministère à la Condition féminine et aux Droits des femmes
Honduras	Secretaría de Asuntos de la Mujer
Jamaica	Ministry of Culture, Gender, Entertainment and Sport
México	Secretaría de las Mujeres
Nicarágua	Ministerio de la Mujer
Panamá	Ministerio de la Mujer
Paraguai	Ministerio de la Mujer
Peru	Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables
República Dominicana	Ministerio de la Mujer
São Cristóvão e Neves	Ministry of Education, Youth, Social Development, Gender Affairs, Aging and Disabilities
São Vicente e Granadinas	Ministry of National Mobilization, Social Development, Family, Gender Affairs and Persons with Disabilities
Santa Luiza	Ministry of the Public Service, Labour and Gender Affairs
Suriname	sem informação
Trinidad e Tobago	Office of the Prime Minister (Gender and Child Affairs)
Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres
Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad de Género

Fonte: Elaboração própria com base na informação dos organogramas oficiais, em outubro de 2024, dos governos consultados.

Referências

Afrocebrap (2025) Relatório lideranças negras. Recuperado de: <https://www.afrocebrap.org.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-liderancasnegras.pdf>

Bento, M. A. (2014) Notas sobre a expressão da branquitude nas instituições. In: Bento, M. A.; Silveira, M.; Nogueira, S. G. (Org.). Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo. p. 13-33.

CEPAL (2022) The economic autonomy of women in a sustainable recovery. <https://www.cepal.org/en/publications/46634-economic-autonomy-women-sustainable-recovery-equality>

CEPAL (2023) Participación laboral de las mujeres en América Latina. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/2eb4c9c7-9ae0-4741-a269-2e2352f916c4/content>

Ciedur (2022) Cambios en las estrategias de cuidados en el interior del país. <https://ciedur.org.uy/site/wp-content/uploads/2022/12/ANII-Informe-Cambios-en-las-estrategias-de-cuidado-en-el-interior-del-pa%C3%81s-e-impactos-en-la-insercio%C3%81n-laboral-femenina-2014-2018.pdf>

D’ALESSANDRO, M. ARGENTINA | Orçamento com perspectiva de gênero: Uma ferramenta feminista de gestão. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/USP), 2025. (INFORME 01)

Dirección Nacional de Economía, igualdad y género (2021) Los cuidados: un sector económico estratégico. Ministerio de Economía de Argentina. https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/los_cuidados_-_un_sector_economico_estrategico_0.pdf

ESPINO, A.; SALVADOR, S. URUGUAI | Sistema de cuidados y trabajo no remunerado. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/USP), 2025. (INFORME 04)

GARCÍA-RUIZ, A. P.; RAMÍREZ, D. COLÔMBIA | Procesamiento de datos e indicadores desagregados con enfoque de género en Colombia. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/USP), 2025. (INFORME 03)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2025). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 1º trimestre de 2025. [microdatos].

MIDES (2014) *Cuidados como sistema. Propuesta para un modelo solidario y corresponsable de cuidados en Uruguay*. Montevideo: Ministerio de Desarrollo Social. http://www.sistemadecuidados.gub.uy/innovaportal/file/34676/1/cuidados_como_sistema.pdf

MOLINARE, C.; RUBIO, L. M. CHILE | Análisis de la Materialización de la Representatividad Política en la Legislación Chilena, Políticas Fiscales, Políticas Tributarias y Otras Políticas. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/USP), 2025. (INFORME 02)

OECD (2025) Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2025. Recuperado de: https://www.oecd.org/en/publications/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2025_7594fbdd-en/full-report/tax-revenue-trends-1990-2023_ee246e3f.html#chapter-d1e164-84943a9378

ONU Mujeres & CEPAL. (2021). Hacia la construcción de sistemas integrales de cuidados en América Latina y el Caribe: Elementos para su implementación. Ciudad de publicación: CEPAL. Recuperado de https://lac.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Americas/Documentos/Publicaciones/2021/11/Hacia-ConstruccionSistemaCuidados_15Nov21-v04.pdf?utm_source=chatgpt.com

Benedicto, M (2025). PIB fecha 2024 em 3,4% e registra maior taxa desde 2021. Agência IBGE Notícias. 07 mar. 2025. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42775-pib-fecha-2024-em-3-4-e-registra-maior-taxa-desde-2021>

SECOM - Secretaria de Comunicação Social (2025). Desemprego cai a 5,8% no segundo trimestre, menor nível da série histórica. 31 jul. 2025. Recuperado de <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/07/desemprego-cai-a-5-8-no-segundo-trimestre-menor-nivel-da-serie-historica>

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025a). Brasil sai do Mapa da Fome da ONU: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes. 28 jul. 2025. Recuperado de <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes>

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025b). Renda domiciliar per capita no Brasil aumenta e atinge R\$ 2.069 em 2024, revela IBGE. 06 mar. 2025. Recuperado de <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/renda-domiciliar-per-capita-no-brasil-aumenta-e-atinge-r-2-069-em-2024-revela-ibge>

Vaca Trigo, Liliana (2020). Sistematización de las experiencias de valorización económica del trabajo no remunerado de los hogares, CEPAL. [Diapositivas en PowerPoint]. En XVI Reunión Internacional de Especialistas sobre Uso del Tiempo y Trabajo No Remunerado.

UN Women (2025) Women in politics. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2025-03/women-in-politics-2025-es.pdf>

INFORME DE DIAGNÓSTICO
DE RECOMENDAÇÕES PARA
POLÍTICAS ECONÔMICAS COM
ENFOQUE DE GÊNERO E RAÇA
NA AMÉRICA LATINA

Made
centro de
pesquisa em
macroeconomia
das desigualdades

**Friedrich
Ebert** 
Stiftung